

Ano II - Nº4 - Agosto de 2010

# **EM MOVIMENTO**

**fisenge**

*Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros*



# **ENGENHARIA: TEMPO DE DESAFIOS**

Nesta edição:

**Inovação: Estratégia de Desenvolvimento, Arthur Pereira Nunes**

**A sala escurece e o filme nos ilumina, José Carlos Asbeg**

**100 anos do Dia Internacional da Mulher, de Hildete Pereira de Melo**

# SINDICATOS FILIADOS

## **SINDICATO DOS ENGENHEIROS DA BAHIA**

Tel.: (71) 3335-0510 / 3335-0157  
senge@sengeba.org.br  
www.sengeba.org.br

## **SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Telefax.: (27) 3324-1909  
senge-es@senge-es.org.br  
www.senge-es.org.br

## **SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Tel.: (31) 3271-7355 / 3226-9769  
sengemg@sengemg.com.br  
www.sengemg.com.br

## **SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PARANÁ**

Tel.: (41) 3224-7536 / 3225-5378  
senge-pr@senge-pr.org.br  
www.senge-pr.org.br

## **SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DA PARAÍBA**

Telefax.: (83) 3221-6789  
sengepb.secretaria@oi.com.br  
www.sengepb.com.br

## **SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Telefax.: (81) 3227-1361  
sengepe@hotlink.com.br  
www.sengepe.org.br

## **SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Tel.: (21) 2532-1398 / 2220-0174  
Fax.: (21) 2533-3409  
sengerj@sengerj.org.br  
www.sengerj.org.br

## **SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE RONDÔNIA**

Telefax.: (69) 3223-7647 / 3224-7404  
sengero@brturbo.com.br  
www.senge-ro.org.br

## **SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SERGIPE**

Telefax.: (79) 3259-3013 / 3259-2867  
Telefone (79) 3211-1385  
senge-se@senge-se.org.br  
www.senge-se.org.br

## **SINDICATO DOS ENGENHEIROS NA CIDADE DE VOLTA REDONDA (RJ)**

Tel.: (24) 3343-3077 / 3343-1606  
senge-vr@quick.com.br  
www.senge-vr.org.br

## **SEAGRO-SC – SINDICATO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DE SANTA CATARINA**

Tel.: (48) 3224-5681 / 3224-3862  
seagro@seagro-sc.org.br  
www.seagro-sc.org.br

# FISENGE PELO BRASIL



Federação Interestadual  
de Sindicatos de Engenheiros

[www.fisenge.org.br](http://www.fisenge.org.br)



## **FISENGE**

Av. Rio Branco, 277, 17º andar CEP.: 20040-009 Cinelândia, Rio de Janeiro – RJ – Brasil  
Tel.: (21) 2533-0836 Fax.: (21) 2532-2775 [fisenge@fisenge.org.br](mailto:fisenge@fisenge.org.br)

# Disputas Hegemônicas

**A**conteceu no Paraguai o IV Fórum Social das Américas (FSA), com cenas que não são selecionadas pelos meios de comunicação brasileiros como informações relevantes. Muito pouco ou quase nada se ouviu falar da marcha de mais de cinco quilômetros que reuniu na abertura oficial movimentos indígenas bolivianos, centenas de organizações e movimentos sociais e a participação de milhares de pessoas de 20 países de toda a América. Ainda menor é o interesse pelos temas em pauta, que nos são bastante familiares: o pós-neoliberalismo, a integração latino-americana, as mudanças civilizatórias, memória e justiça histórica, o desafio das plurinacionalidades, a soberania alimentícia como núcleo de novos equilíbrios de vida, e, como não podia deixar de ser, as disputas hegemônicas: comunicação, culturas, conhecimentos e educação. Igualdade de gênero e diversidades são transversais a todos os eixos. Desde que implantou seu projeto de comunicação e traçou diretrizes básicas de ação, a FISENGE tem como pautas prioritárias, e permanentes, em *site*, jornais e revista, além dos grandes debates nacionais, a integração da América Latina e os processos de transformação no continente. São temas desta edição, entre outros, a eleição de Pepe Mujica, no Uruguai, a luta pela democratização da informação e a viagem de um grupo de militantes a Cuba.

Ainda falando de América, o Brasil comemora a vitória do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral e lança o Movimento Anticorrupção na Engenharia, marcos na luta pela ética na política. O país avança ao reunir, com este espírito, profissionais de todo o país na 67ª Semana Oficial da Engenharia, Arquitetura e Agronomia (67ª Soeaa) e no 7º Congresso Nacional de Profissionais (7º CNP) com a meta de pensar, com uma visão de futuro, os desafios que têm pela frente e apontar caminhos. É responsabilidade deste plenário construir uma agenda estratégica que enfrente os grandes problemas nas áreas de formação, mobilização, mercado de trabalho e interação com a sociedade, conscientes de que a engenharia é, também, a arte de construir soluções.

Em um ano político, com uma eleição de dimensão internacional, o processo, quem sabe histórico, que se inicia agora, pode se desdobrar em fóruns regionais e continentais e afirmar o fim do pensamento único hegemônico neoliberal em áreas vitais para o desenvolvimento nacional.

**Carlos Bittencourt**

Presidente da Fisenge

**Diretoria Executiva**

Presidente - Carlos Roberto Bittencourt (PR)  
Vice-presidente - Vicente de Paulo Alves Lopes Trindade (MG)  
Diretor Financeiro - Renato dos Santos Andrade (BA)  
Secretário-Geral - Clovis Francisco Nascimento Filho (RJ)  
Relações Sindicais - Fernando Elias Vieira Jogaib (Volta Redonda/RJ)  
Diretor Executivo - Raul Otávio da Silva Pereira (MG)  
Diretor Executivo - Eduardo Medeiros Piazero (SC)  
Diretor Executivo - José Ezequiel Ramos (RO)  
Diretor Executivo - Roberto Luiz de Carvalho Freire (PE)

**Diretoria Executiva Suplente**

José Carlos de Assis (ES)  
Jorge Dotti Cesa (SC)  
Ludmilla Martins Chagas (RO)  
Agamenon Rodrigues Eufrásio de Oliveira (RJ)  
Luiz Antônio Cosenza (RJ)  
Márcia Ângela Nori (BA)  
Ulisses Kaniak (PR)  
Gilson Luiz Teixeira Néri (SE)  
Clayton Paiva (RJ)

**Conselho Fiscal**

Marcus Fixel Hoffmann (Volta Redonda/RJ)  
Rogério do Nascimento Ramos (ES)  
Tigernaque Pergentino de Sant'ana (SE)

**Conselho Fiscal Suplente**

Laurete Martins Alcântara Sato (MG)  
Rolf Gustavo Meyer (PR)  
Mauro de Carvalho Vasconcelos (BA)

**Conselho Editorial**

Carlos Roberto Bittencourt - PR  
Clovis Francisco Nascimento Filho - RJ  
Raul Otávio da Silva Pereira - MG

**Em Movimento** é uma publicação da FISENGE

Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros.

Av. Rio Branco, 277 - 17º andar Centro - Rio de Janeiro - CEP 20040-009

Tel / Fax: (21) 2533-0836 / 2532-2775 fisenge@fisenge.org.br

www.fisenge.org.br

Jornalista Responsável / Editora: Tania Coelho – Reg. Prof. 16.903

Subeditora: Camila Marins

Colaboração: Bruno Zornitta, Rosane de Souza e Marcia Ony

Revisão: Rita Luppi

Programação Visual: Ricardo Bogéa

Tratamento de Imagens: Rebeca Pinheiro

Produção: Espalhafato Comunicação

Impressão: Grafittto - Tiragem: 10.000

© É permitida e estimulada a reprodução desde que citada a fonte.

Patrocínio:

# Sumário



AMÉRICA LATINA  
**Ex-guerrilheiro é o presidente mais votado da história do Uruguai**  
Pág. 3



ENTREVISTA  
**Carlos Bittencourt, presidente da Fisenge**  
Pág. 8



AMÉRICA LATINA  
**Comunicar para integrar nossa América**  
Pág. 12



CAPA  
**Engenharia em tempo de desafios: ética e valorização profissional**  
Pág. 16



TECNOLOGIA  
**Inovação: estratégia de desenvolvimento**  
Pág. 24



DIREITO  
**Reforma urbana para a redução das desigualdades**  
Pág. 28



TRABALHO  
**Morosidade da Justiça: uma estratégia do capital**  
Pág. 31



CULTURA  
**A sala escurece e o filme nos ilumina**  
Pág. 35



HISTÓRIA  
**Dia Internacional da Mulher 1910/2010**  
Pág. 38

# Ex-guerrilheiro é o presidente mais votado da história do Uruguai

## *Como Nelson Mandela, presidente eleito Jose Pepe Mujica também foi preso político*

**Mario Augusto Jakobskind**

*O jornalista Mario Augusto Jakobskind cobriu as eleições no Uruguai. É autor, entre outros, do livro “América que não está na mídia”, da Editora ADIA (Associação para o Desenvolvimento da Imprensa Alternativa), Rio de Janeiro, 2005.*

**N**a área do Mercosul, cerca de dois milhões e 500 mil eleitores deram um claro recado nas urnas, elegendo mais um candidato reformista de esquerda. Desta vez foi escolhido um político considerado atípico, porque foge aos padrões tradicionais e se insere no contexto do líder sul-africano Nelson Mandela, porque, como ele, passou longos anos na prisão.

O exemplo vem do Uruguai, que desde 1º de março de 2010 é governado, e o será durante cinco anos, por José Mujica, conhecido como el Pepe, de 74 anos, eleito no segundo turno pela aliança de esquerda Frente Ampla, que derrotou o candidato do Partido Nacional, Luis Alberto Lacalle, um ex-presidente vinculado aos setores conservadores e de direita contrários ao projeto reformista colocado em prática pelo governo de Tabaré Vázquez a partir de março de 2005.

Mujica tornou-se também o candidato a Presidente mais votado da história do Uruguai, com 52,39% contra 43,51% sufragados por La-

calle. Mujica é um ex-guerrilheiro tupamaro que começou a militar na política nos anos 50, votando pela primeira vez no Partido Socialista, em 1954, e posteriormente militando na corrente progressista do Partido Nacional.

Em seguida, já nos anos 60, Pepe Mujica aderiu à luta armada participando ativamente do Movimento de Libertação Nacional (MLN) Tupamaros.

### **Preso-refém**

O então guerrilheiro foi preso, baleado, fugiu da prisão duas vezes e recapturado em um enfrentamen-

to acabou tornando-se um dos nove presos-reféns da ditadura militar. Ficou preso cerca de 13 anos. Na condição de presos reféns encontravam-se também os outros oito principais líderes tupamaros que viviam em regime de solitária e eram transferidos de quartel em quartel, além de serem ameaçados de fuzilamento e mais torturas caso o MLN retomasse a luta armada.

Para se ter uma idéia das condições em que Pepe Mujica vivia, muitas vezes os militares nem água lhe davam para beber, obrigando-o a ingerir a própria urina para saciar a sede.

Em 1985, Pepe Mujica sai da prisão e vai viver em sua chácara em companhia da esposa, a também ex-guerrilheira e presa política Lucia Topolansky, hoje senadora, dedicando-se às plantações de verduras e flores, fazendo também um vinho caseiro.

Com seu jeito simples e dotado de grande carisma, Pepe Mujica participa da política institucional

uruguaia elegendendo-se deputado para o período 1995-2000 e senador na lista do Espaço 609, que faz parte do Movimento de Participação Popular (MPP), uma das 40 forças políticas integrantes da Frente Ampla.

No primeiro governo de esquerda do Uruguai, eleito em outubro de 2004, o senador Pepe Mujica assume o Ministério da Agricultura, sendo considerado o político mais popular do Uruguai juntamente com o ex-Presidente Tabaré Vázquez e Danilo Astori, eleito vice-presidente na chapa vitoriosa da Frente Ampla no segundo turno de 29 de novembro de 2009.

## Político atípico que foge ao padrão comum

Conta-se muitas histórias sobre Mujica: uma delas a de que um senador novato chegou à sede do Legislativo e quis estacionar sua motoneta junto aos carros dos colegas

parlamentares. O policial de plantão se aproximou dele, em função da pinta e da forma em que Pepe Mujica estava vestido, e lhe perguntou: “o senhor pensa em ficar muito tempo aqui?” O senador debutante, com seu estilo desalinhado de sempre, sorrindo, respondeu: “sim, até que me mandem embora...”

Pepe Mujica só anos mais tarde, já como candidato à Presidência da República, vestiu um terno, ao realizar visita, em Brasília e Santiago do Chile, aos presidentes Luis Inácio Lula da Silva e Michele Bachelet.

O Presidente eleito do Uruguai garantiu que pretende manter os hábitos que sempre manteve até agora, no Parlamento e como Ministro, continuando a morar em sua chácara a uns 20 minutos do centro de Montevidéu e, dentro do possível, cuidando das verduras, flores, dos vinhos caseiros e de dois cachorros que algumas vezes acompanharam o candidato durante a campanha.

A chácara valeu até uma crítica preconceituosa por parte do candida-

Foto: Enrique Rosada



to da direita, que foi aproveitada por Pepe Mujica e lhe angariou votos. Lacalle lembrou, em tom crítico, que Pepe Mujica vivia numa casa do gênero “sucucho”, que em linguagem popular do Rio da Prata (o linfardo) significa “casa miserável”. Pepe Mujica respondeu que não se sentia ofendido, pois “a casa onde vivo é igual a da maioria dos uruguaios, que Lacalle não conhece”.

## Admirador de Lula

O presidente eleito do Uruguai não esconde a sua admiração por Lula, a quem considera um exemplo a ser seguido na América Latina, sobretudo por sua condição vitoriosa de grande negociador. Pepe Mujica chegou a afirmar que o continente latino-americano deveria criar clones de Lula.

Pepe Mujica, hoje um político pragmático de linha moderada, vem sofrendo duras críticas não só da direita como de setores considerados mais à esquerda, pelo menos em termos retóricos, como os integrantes da Assembléia Popular, que no primeiro turno eleitoral obtiveram 0,6%, pouco mais de 15 mil votos, não conseguindo eleger um só representante no Parlamento. Estes setores pregaram o voto nulo no segundo turno por considerarem iguais as candidaturas de Pepe Mujica e Lacalle.

No primeiro discurso depois de ser conhecido o resultado da eleição, Mujica conclamou a unidade de todos os uruguaios e pediu des-



Foto: Enrique Rosada

culpas a Lacalle se eventualmente, no calor da disputa eleitoral, tenha se excedido na linguagem.

O Presidente eleito prometeu também que a Frente Ampla terá uma “atitude aberta” com a oposição apesar de ter a maioria absoluta no Parlamento, pois ao contrário “seria um erro nos considerar donos do Uruguai”.

Em recado aos setores empresariais, Pepe Mujica comprometeu-se também a dar continuidade a todos os acordos firmados pelo governo da Frente Ampla, política que pretende seguir e aprofundar.

## Reforma do Estado em discussão com trabalhadores

A primeira ação de Pepe Mujica, menos de 72 horas depois de ter sido eleito Presidente, foi se reunir por uma hora e meia com a cúpula da central sindical uruguaia PIT-CNT,

que apoiou o candidato presidencial da Frente Ampla. O Presidente eleito foi à sede da entidade pedir o apoio dos dirigentes sindicais para avançar na reforma do Estado.

Segundo Fernando Pereira, coordenador da PIT-CNT, Pepe Mujica deixou claro que a reforma do Estado só se realizará com a participação e apoio dos trabalhadores. Nesse sentido será criada uma comissão integrada por técnicos da Frente Ampla e representantes políticos da PIT-CNT para alinhar o novo Estado que os uruguaios precisam ter.

Os dirigentes da PIT-CNT e Mujica, segundo Fernando Pereira, coincidiram na tese de valorizar o servidor público. Indagado como será o relacionamento entre o Presidente da República eleito com a PIT-CNT, Pepe Mujica assinalou que “como sempre, quando nos necessitamos nos chamamos e ponto; para isso temos o telefone, ou não?”

Para os analistas, a campanha eleitoral de 2009 teve um fato significativo e de maior relevância: a participação de jovens militantes. E isso em um país em que boa parte da



Foto: Enrique Rosada

população é da terceira idade. Foi um fenômeno que teve peso e de alguma forma recuperou a mística da militância independente e, ainda segundo os analistas, é bem possível que daqui para frente se amplie a presença de setores que estavam afastados da política partidária, fato que, sem dúvida, terá peso na eleição presidencial de 2015.

O Partido Nacional, também conhecido como Blanco, que juntamente com o Colorado, dominava a política uruguaia há cerca de 173 anos, preferiu investir pesado na propaganda eleitoral na televisão, que no Uruguai é paga. Segundo levantamento realizado antes da realização do segundo turno, o candidato a presidente e a vice, Luis Alberto Lacalle e Jorge Larrañaga, pelo Partido Nacional, ocuparam 66% do tempo de propaganda, en-

quanto os da Frente Ampla, Mujica e Astori, 34%.

Pepe Mujica dará continuidade à política do atual governo de Tabaré Vázquez, considerado o mais popular da história uruguaia, que teve Danilo Astori como responsável pela condução da economia como Ministro do setor, e que no novo governo, além de presidir o Congresso na condição de trigésimo primeiro senador, ainda continuará com grande influência nos rumos da economia.

## Conquistas importantes na área social

Entre os principais pontos levados em prática pelo atual governo da Frente Ampla que, segundo os analistas, pesaram positivamente na campanha de Mujica, destaca-se a doação para os alunos das escolas primárias e professores de 400 mil *laptops*. Em várias ocasiões, as crianças saudavam o candidato Pepe Mujica erguendo os pequenos computadores, também aproveitados pelos pais, que com isso se inseriram no mundo da informática. O Presidente eleito prometeu ampliar a doação dos *laptops* para os estudantes do curso secundário.

Pepe Mujica destacou durante a campanha o fato de o atual governo uruguaio, ao contrário do que acontece em outros países, ter reduzido de 65 para 60 anos o prazo para os trabalhadores se aposentarem, numa resposta concreta ao esquema neoliberal que prega exatamente o aumento do prazo.

Em termos de composição do Ministério, Pepe Mujica avisou que será de acordo com o peso eleitoral das 40 forças políticas que integram a Frente Ampla e eficiência técnica.

## Pendências com a Argentina

Na área de política externa, o próximo governo terá muito trabalho pela frente em função de questões delicadas como a da pendência com a Argentina relacionada com a instalação de um fábrica de celulose, as *papeleras*, em Fray Bentos, uma região nas margens do rio Uruguai, próxima da Argentina, cujas águas, segundo os defensores do meio ambiente, estão sendo poluídas e afetam o país vizinho.

O caso ainda está sendo analisado pelo Tribunal de Haia, e representou na campanha presidencial o único fator sem divergências entre os principais partidos porque todos os candidatos defenderam a instalação da fábrica e, como faz o atual governo, negam que a mesma provoque poluição.

Os ecologistas em protesto ao que consideram agressão ao meio

ambiente há cinco anos têm fechado uma ponte que une a Argentina e Uruguai, impedindo a passagem de veículos, o que tem provocado divergências entre os dois países e prejuízos econômicos ao Uruguai.

Ao longo da campanha, Pepe Mujica, embora reconhecendo que a Frente Ampla herdava um “abacaxi” firmado pelo governo colorado anterior, defendeu a instalação da fábrica de celulose, alegando que se não o fizesse deixaria de cumprir um acordo e colocaria o Uruguai em descrédito no exterior. Defendeu também o diálogo com o governo argentino.

Para Pepe Mujica é preciso ter paciência para resolver de uma vez por todas a pendência e qualquer precipitação sobre o tema poderá ser prejudicial. Mujica assinalou, ainda, que a fábrica segue as normas tecnológicas mais modernas, que estão em conformidade com a defesa do meio ambiente.

Na questão do Mercosul, Mujica e o vice Astori enfatizam a importância do Brasil para o fortalecimento do bloco, mas reconhecem a existência de problemas, o da assimetria entre os países integrantes, prejudiciais ao Uruguai, e o fato de há 14 anos não se ter conseguido fechar um acordo com a União Européia.

No decorrer da campanha, tanto no primeiro como no segundo turno ficaram muito claras as diferenças ideológicas entre Mujica e Lacalle. O candidato da direita, por exemplo, defendia a liquidação em um prazo

---

*Para os analistas, a campanha eleitoral de 2009 teve um fato significativo e da maior relevância: a participação de jovens militantes. E isso em um país em que boa parte da população é da terceira idade.*

---

de três anos do Imposto de Renda da Pessoa Física, instituído exatamente pelo governo que terminava, e ainda a redistribuição do imposto do Índice de Valor Agregado (IVA), afirmando até que o reduziria sem afetar os interesses dos setores economicamente poderosos, ao contrário do que vem fazendo o atual governo. Lacalle seguiu o ideário conservador de prometer a redução de impostos e baixar os custos do Estado.

## **Modernização tecnológica**

Outro trunfo da campanha de Pepe Mujica foi o fato de o governo da Frente Ampla ter reduzido o número de indigentes e se comprometeu a diminuí-los, bem como criar mais 200 mil empregos, sendo 40 mil destinados aos jovens. O Presidente prometeu também modernizar tecnologicamente o Uruguai nos cinco anos de seu governo.

Mujica reconheceu que o Uruguai ainda tem muitos problemas a enfrentar, inclusive o da existência de 700 mil a 800 mil uruguaios que vivem no exterior por não conseguirem ser absorvidos pelo merca-

do de trabalho, uma consequência direta de anos seguidos de políticas econômicas excludentes postas em prática tanto por governos do Partido Nacional como dos colorados.

Os eleitores uruguaios não aprovaram, em plebiscito realizado juntamente com a eleição presidencial, o voto dos cidadãos uruguaios que residem no exterior, da mesma forma que não foi aprovado o fim da Lei de Caducidade (impunidade).

## **Solidariedade ao MST**

Pepe Mujica manifestou solidariedade ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) do Brasil, que vem sendo vítima de criminalização por parte da bancada rural no Parlamento e da mídia conservadora.

Depois de afirmar que ele e os correligionários da esquerda uruguia acompanham há longo tempo a luta dos trabalhadores rurais brasileiros pela reforma agrária, Mujica não só manifestou solidariedade ao MST e compromisso, como também, “na medida do possível fazer algo”. E concluiu: “contem conosco e nos comuniquem”.■



*“A América Latina é hoje um foco de resistência ao neoliberalismo”.*

*O presidente da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros – (Fisenge), Carlos Bittencourt, integrou o grupo de 22 paranaenses com histórico de militância social que viajou para Cuba e Venezuela com o objetivo de prestar solidariedade internacional a esses e a outros povos do continente. Na bagagem, entre outras bandeiras de luta, o apoio irrestrito ao crescente movimento pela integração da América Latina e à Campanha Internacional pela Paz e Solidariedade, que exige o fim do bloqueio econômico a Cuba.*

*Até a última década, as ditaduras, a repressão, o combate aos movimentos sociais e populares era o que unia os governantes do continente. Hoje, são tantas as mudanças que os olhos do mundo se voltam para a América Latina e Caribe “porque esses países juntos transformaram-se num foco de resistência ao neoliberalismo”, afirma Bittencourt, que traz para a Fisenge o debate sobre a necessidade dos movimentos sociais se engajarem neste projeto político continental para garantir avanços que vão mudar a correlação de forças no mundo.*

## O que marcou para o grupo de militantes a viagem aos dois países?

Foi uma viagem, com recursos próprios, de solidariedade e apoio a esses países. Foi pensada na contramão desta indiferença histórica do Brasil em relação aos demais países latino-americanos. Havia também a proposta de conhecer de perto a realidade que a Ilha vive hoje. Cuba, para nós militantes, sempre foi um país que praticamente todos gostariam de conhecer. Eu mesmo há mais de vinte anos tinha esse sonho. Há um ano este projeto começou a se concretizar quando um grupo de estudantes, militantes e simpatizantes dos movimentos sociais de várias entidades, num total de 22 pessoas, começou a discutir a viagem. O roteiro foi organizado, no Paraná, pela Associação Cultural José Martí. Eu conhecia Caracas, do Fórum Social Mundial, e também queria rever o país no atual contexto. Além da Fisenge, integraram esta delegação o Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (Cebrapaz-PR); a Associação Cultural José Martí/PR, a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB); o Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental (Cedeia); a União Brasileira de Mulheres/PR (UBM); e o Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins (SINDI/SEAB).

## Como foi conhecer a Ilha em meio a tantos problemas que o país vive?

Não podemos esquecer que até 1958 Cuba era um país capitalista, dominado por uma ditadura corrupta. Ano passado a revolução cubana completou 50 anos. É muito pouco tempo. Isso não nos impede de perceber as dificuldades que o povo e o governo cubano enfrentam no campo econômico. A Ilha não tem um solo dos mais férteis e sua produção agrícola atende basicamente o mercado interno. O criminoso bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos prejudica de uma maneira absurda as relações comerciais e o

---

### *Os países da América do Sul viveram durante muito tempo ditaduras que não buscavam a integração.*

---

desenvolvimento de Cuba. E Cuba tem, por exemplo, um dos sistemas de seguridade social mais abrangentes do mundo, com os princípios da solidariedade, universalidade e integridade. Oferece benefícios monetários, em serviços e em espécie, que incluem praticamente tudo que um cidadão precisa na área de saúde. Cuba mantém a atenção básica de saúde para todos e educação pública gratuita em todos os níveis. O turismo, a principal fonte de arrecadação, trouxe, é verdade, o drama da pros-

tituição, especialmente em Havana, mas chegaram também muitos benefícios, como uma boa infraestrutura de hotéis, ampla programação cultural, e transportes coletivos, investimentos necessários que ajudam a divulgar o turismo na Ilha.

## Qual o destaque dos debates econômicos em Cuba? E no campo do trabalho?

Ao final de nossa viagem, no retorno à Havana, tivemos a grata satisfação de ter reunião com Ramon Cardona, presidente da Central de Trabalhadores de Cuba e diretor da Federação Sindical Mundial. Cardona nos deu seu relato sobre a luta dos trabalhadores da América Latina, da resistência do povo cubano frente ao cerco imperialista dos Estados Unidos, da importância do Brasil no cenário mundial em defesa da soberania e da solidariedade internacional que o governo Lula vem desenvolvendo. Um dos pontos fortes da economia de Cuba, sempre foi o plantio de grandes áreas de cana de açúcar, visando o consumo interno e a produção de rum. Grande parte das riquezas de muitos agricultores e donos de engenhos no período colonial vieram das exportações do açúcar, e, mesmo no regime socialista, a produção e exportação do açúcar foi intensa, principalmente para a União Soviética e China. Há poucos anos o preço no mercado internacional estava em baixa e como Cuba só produz o açúcar, e não o etanol, como o Brasil, foi grande o prejuízo. Seu

parque tecnológico e produtividade são deficientes em relação a outros países produtores, e com esta conjuntura parte das áreas destinadas ao plantio da cana foi destinada ao plantio de alimentos para consumo interno. Mas, infelizmente, o mercado internacional reagiu e os preços do açúcar nestes últimos anos estão em alta, causando ainda mais prejuízos à Ilha, que está importando açúcar para o seu consumo e para garantir os contratos de exportação. Muitas são as questões pontuais que poderiam ser abordadas sobre Cuba e Venezuela, mas, na prática, o que é importante destacar é que o atual contexto do continente impõe uma outra leitura e uma ação política mais consequente.

### **Um novo cenário internacional impõe um outro olhar?**

Todos os países da América do Sul viveram durante muito tempo ditaduras que não buscavam a integração. A repressão uniu Brasil, Argentina e Uruguai para matar militantes nas operações Condor e outras. O propósito era dizimar qualquer movimento pela democracia. Foi só nesta última década que começamos a ouvir falar da integração da América Latina. As mudanças recentes são significativas e isso passou pelas mudanças de concepções. Ano a ano o quadro foi mudando.

### **Quais seriam essas mudanças de concepções?**

O Brasil, com Lula. Nosso país tem uma força inquestionável na

América do Sul e a política internacional do governo Lula foi, e está sendo, extremamente importante para abrir caminhos nesse debate. Hugo Chávez, na Venezuela, que muitos condenam, mudou o quadro político com o resgate do ideal bolivariano de integração solidária e fraterna e, com isso, tem levado desenvolvimento à região mais ao norte da América do Sul e América Central. A Aliança Bolivariana para as Américas (Alba), constituída por Bolívia, Cuba, Equador, Nicarágua, Venezuela, Republica Dominicana,

---

***Caso se consolide, a Comunidade Sul-Americana de Nações será algo inédito em termos de força política continental, já que englobaria praticamente todo o continente sul-americano. Os sindicatos devem trabalhar nesta direção.***

---

Antígua e Barbuda, e São Vicente e Granadinas é um contraponto à integração proposta pela Área de Livre Comércio das Américas (Alca), idealizada pelos Estados Unidos e baseada em relações colonizadas e de subordinação. E assim por diante: Cristina Kirshner na Argentina, José Mujica no Uruguai, Evo Morales na

Bolívia, Rafael Correa no Equador, Fernando Lugo no Paraguai e Leonel Fernandez na República Dominicana levam a uma maior integração e a novas perspectivas. Todos esses países, a América do Sul, a América Central, a Organização dos Estados Americanos (OEA) defendem o fim do bloqueio econômico a Cuba, mas os Estados Unidos de Barack Obama, apesar de todas as promessas de campanha, não conseguem avançar.

### **As diferenças regionais não são barreiras quase intransponíveis?**

Complicam o processo, mas não são intransponíveis. Estive recentemente no Uruguai e na Argentina. O Uruguai tem uma população pequena e não é industrial. Argentina e Chile já são diferentes, mais parecidos com o Brasil e, em alguns campos, como nas relações sindicais, existem condições mais favoráveis de diálogo entre os sindicatos do Brasil e destes países. São muitas as diferenças, mas temos as semelhanças no campo ideológico e a sensibilidade política que podem aproximar e facilitar o diálogo. Cerca de 100 médicos cubanos já trabalhavam no Haiti quando houve o terremoto. No dia seguinte, mais 200 seguiram e muitos outros foram depois. Enquanto os médicos cubanos faziam todo o atendimento da população, os americanos estavam preocupados com a segurança. A diferença é muito grande. Enquanto Cuba estava lá para um atendimento humanitário, os Estados Unidos enviavam cada vez mais sol-

dados para fazer o que mais sabem fazer: guerra, controle e violência. O combate a esta postura beligerante sempre nos uniu.

## **Na segunda metade do século XX, inúmeras organizações foram criadas visando algum tipo de pacto ou tratado de cooperação.**

### **Os resultados são visíveis?**

Hoje ganha força na diplomacia latino-americana a ideia de uma integração mais ampla entre os países da região. Uma das propostas é a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, como uma reação à política norte-americana da Alca. É uma tentativa de preservar a soberania das nações latino-americanas das ameaças da política continental dos Estados Unidos. O Mercosul, que iniciou patinando, deu um salto nos últimos anos. Claro que tem países destoantes, como a Colômbia, que ainda segue as orientações norte-americanas. Mas os outros países, com a integração, começam a cortar parte do domínio dos Estados Unidos. Buscam outras estratégias políticas e novas alternativas comerciais.

## **Qual a influência da Quarta Frota neste debate em defesa da soberania?**

A busca da integração chamou a atenção dos americanos que começaram a discutir a Quarta Frota com bases militares na Colômbia, muito próximo à Venezuela, próximo à Amazônia, que é um ponto extremamente importante, fruto de

muita cobiça internacional. Essa união, essa integração latino-americana, que abrange a América do Sul e a América Central, de colonização espanhola, à exceção do Brasil, tem mostrado certa força. Isso começa a provocar reações nos setores mais conservadores, em associações internacionais financeiras, responsáveis, por exemplo, pelo golpe de estado em Honduras e pela tentativa de desgaste que passa Rafael Correa, atacado pela mídia e grandes empresários do Equador, com processos separatistas. É uma reação para tentar bloquear esse movimento. Depois de mudarem suas políticas econômicas, todos os países passam por um ciclo de desenvolvimento que atende muito mais aos interesses nacionais.

## **Transformaram-se num foco mundial de resistência ao neoliberalismo?**

Sem dúvida, isso é resultado dessa união. Não é por outra razão que também a Europa tem os seus olhos voltados para o que acontece por aqui, simplesmente porque esses países juntos transformaram-se num foco de resistência ao neoliberalismo.

## **Este é um debate em pauta nas organizações sindicais?**

Caso se consolide, a Comunidade Sul-Americana de Nações será algo inédito em termos de força política continental, já que englobaria praticamente todo o continente sul-americano. É claro que os sindicatos devem trabalhar nesta direção. O movimento sindical brasileiro tem

avanzado, a própria Cut, e outras centrais, vêm num crescente, mas a integração é um processo que exige articulação permanente e organizada. A Fisenge, por exemplo, participa da UNI, se articula com outros países e reconhece as diferenças de contextos e conjunturas nesses países que muitas vezes impedem ou retardam a integração.

## **De que maneira esta proposta pode, efetivamente, sair do campo da retórica e transformar-se em um movimento real de integração latino-americana?**

Um dos pontos importantes é a língua. Em Cuba, as universidades já têm o ensino do português. Doamos muitos livros para as escolas cubanas. Precisamos, no Brasil, estimular um conhecimento maior do espanhol. Discute-se a volta de uma linha São Paulo-Havana para incentivar o turismo brasileiro. Mas a ação mais importante do governo é a criação da Universidade Livre das Américas (Unila), que está sendo implantada em área da Usina de Itaipu, Foz do Iguaçu, e abriu 50% das vagas para países latino-americanos. É um grande salto. No Paraná, o governo do estado abriu vagas em seus 18 colégios agrícolas para estudantes paraguaios. Estudantes de medicina de todo mundo estão nas universidades cubanas. O mundo sabe que este movimento crescente contra o neoliberalismo está em curso e os contextos políticos estão cada dia mais favoráveis. ■

# COMUNICAR PARA INTEGRAR NOSSA AMÉRICA

*Governos progressistas da América Latina implementam políticas públicas de comunicação contra o cartel internacional da mídia.*

**Bruno Zornitta**

Jornalista e editor do site  
[www.vivafavela.com.br](http://www.vivafavela.com.br)

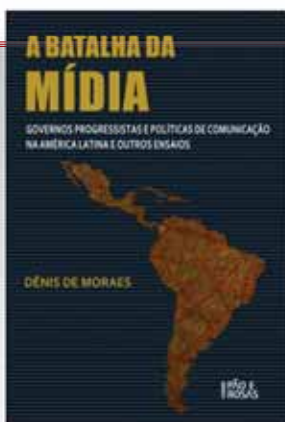
A ascensão de governos progressistas na América Latina, assim como a crescente crise do pensamento neoliberal, impulsionaram nos últimos anos a discussão sobre o papel do Estado como regulador da vida social. É nesse contexto que surgem hoje por todo o continente ações que visam libertar nossos povos do imperialismo cul-

tural, com ênfase em políticas públicas para o setor de comunicação.

“As intervenções governamentais visam enfrentar a concentração da mídia com legislações antimonopólicas e antioligopólicas, ao mesmo tempo em que põem em vigor um conjunto de medidas para diversificar as fontes de emissão, estimular meios alternativos e comunitários, apoiar a geração e a divulgação de conteúdos regionais e locais, revalorizar os meios

públicos e redirecionar fomentos e patrocínios à produção audiovisual independente. Essas ações governamentais são fundamentais para descentralizar e diversificar os sistemas de comunicação, instituindo mecanismos democráticos de regulação das concessões de rádio e televisão e contribuindo para a reversão do danoso processo de concentração da mídia nas mãos de poucos grupos privados”, explica Dênis de Moraes, autor do livro *A batalha da mídia – Governos progressistas e políticas de Comunicação na América Latina*. [ver quadro abaixo]

Tais medidas tornam-se de fundamental importância em uma



Dênis de Moraes é doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de

Janeiro e pós-doutor pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), sediado em Buenos Aires, Argentina. É pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e autor de diversos livros, dentre os quais *A batalha da mídia – Governos progressistas e políticas de Comunicação na América Latina* (Pão e Rosas, 2009), *Sociedade Miatizada* (Mauad, 2006) e *Por*

*uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder* (Record, 2004). Dênis acaba de receber do Ministerio de la Cultura de Cuba o VII Premio Internacional de Ensayo Pensar a Cultura tecnológica, innovación y mercantilización, que concorreu com 109 autores de 16 países, em quatro idiomas.

---

“O problema não é que as maiorias não tenham voz, e sim que estejam amordaçadas”.

*Eduardo Galeano, autor de “As veias abertas da América Latina”*

---

região onde as quatro maiores empresas de mídia (Globo do Brasil, Televisa do México, Cisneros da Venezuela e Clarín da Argentina) controlam 60% dos mercados e da audiência e Hollywood produz 77% dos programas televisivos. No Brasil, segundo dados divulgados pela Article 19 em 2007[[www.article19.org](http://www.article19.org)], as seis principais empresas de mídia controlam 668 veículos de comunicação e 92% da audiência (54% da Rede Globo sozinha).

## Avante, Latinoamérica!

Os países com governos progressistas estão entre os que mais avançaram na luta pela democratização da comunicação. Hugo Chávez, presidente da Venezuela, criou o sistema estatal de mídia mais poderoso da região, com quatro canais de TV, duas cadeias de rádio, agência de notícias, gráfica e centro de tecnologias da informação. Também foi instituída naquele país, em 2004, uma Lei de Responsabilidade Social em Rádio e Televisão.

O governo Evo Morales, na Bolívia, criou a Agencia Boliviana de Información, a cadeia radiofônica Patria Nueva e recuperou a TV estatal Canal 7. Outra inovação foi a criação da Rede de Rádios dos Povos Originários da Bolívia, sob o lema “a voz dos que não têm voz”, com 14 das emissoras transmitidas em espanhol, oito em aymara, sete em quechua e uma em guarani.

Foto: Ricardo Stucket/PR, publicada no site BOL



2ª Cúpula da América Latina e do Caribe

Ascensão de governos progressistas na América Latina:

Hugo Chávez na Venezuela (1998), Luiz Inácio Lula da Silva

No Equador, onde cinco das sete emissoras de TV pertencem a banqueiros, a legislação antimonopólica logrou muitos avanços com a Constituição aprovada em agosto de 2008. Com base nos princípios da nova Carta, o presidente Rafael Correa designou uma comissão para realizar auditoria das licenças de rádio e televisão. Além disso, foi inaugurada em 2007 a primeira emissora estatal da história do país, a Equador TV.

“Os governos de Venezuela, Equador e Bolívia – que formam um bloco de poder nacionalista, antineoliberal e anti-imperialista na América Latina – têm sido os mais coerentes e ativos na rejeição à mercantilização da informação e ao monopólio privado da mídia e ao seu predomínio desmedido no mundo social”, afirma Dênis de Moraes.

Outros países latinos também progrediram no setor de comunicação. A Lei de Radiodifusão Comunitária aprovada em dezembro de 2007 no Uruguai foi considerada pela Associação Mundial de Rádios

no Brasil (2002 e 2006), Néstor e Cristina Kirchner na Argentina (2003 e 2007), Tabaré Vázquez e José Mujica no Uruguai (2004 e 2009), Evo Morales na Bolívia (2005 e 2009), Michelle Bachelet no Chile (2005), Rafael Correa no Equador (2006), Daniel Ortega na Nicarágua (2006) e Fernando Lugo no Paraguai (2008).

Comunitárias (Amarc) como uma das mais avançadas do mundo. No Chile, também houve avanços na legislação sobre rádios comunitárias, assim como no financiamento à produção independente e regionalização da mídia. Daniel Ortega, presidente da Nicarágua, sancionou a Lei de Acesso à Informação Pública em junho de 2007.

Na Argentina, a grande novidade foi a criação da nova lei de comunicação audiovisual, a “Ley de Medios”. A lei foi sancionada pela presidente Cristina Kirchner em outubro do ano passado e avança em questões como diversidade cultural, controle social da mídia e proibição de monopólios e propriedade cruzada. Outro avanço foi a criação do canal Encuentro, que exhibe programas educativos, sobre direitos humanos e cinema latinoamericano, dentre outros ([www.encuentro.gov.ar](http://www.encuentro.gov.ar)).

Arte: Ricardo Bogéa



Já no Brasil, os avanços no setor de mídia foram bastante tímidos. Não há nenhum tipo de controle e fiscalização sobre as concessões públicas de rádio e TV e as rádios comunitárias seguem sendo reprimidas pela Polícia Federal com base no conteúdo anacrônico da Lei Geral de Telecomunicações e do Código Brasileiro de Telecomunicações. Cabe destacar, contudo, que o presidente Lula fortaleceu a comunicação estatal com a criação da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) a partir das extintas Radiobrás, da TVE-Brasil e da incorporação das rádios Nacional e MEC, Agência Brasil e da nova TV Brasil.

A Conferência Nacional de Comunicação, realizada no final de 2009, avançou na discussão de um projeto democratizante, embora até o momento nenhuma das propostas aprovadas pelos delegados tenha sido colocada em prática. Para Denis de Moraes, a força dos *lobbies* e interesses empresariais do setor são fatores que dificultam a execução das propostas: “Não percamos de vista que enfrentamos e enfrentaremos inimigos poderosos, inclusive ramificados nas instituições hege-

mônicas. Daí a necessidade de avançarmos também no plano das mobilizações e campanhas permanentes, tanto para exigir e cobrar providências aos poderes públicos quanto para esclarecer a sociedade sobre a necessidade urgente de políticas públicas que protejam e promovam o interesse coletivo contra ambições monopólicas privadas”.

## Nosso norte é o sul

O projeto mais interessante em termos de contra-hegemonia e integração latino-americana surgiu em 2005, por iniciativa do governo bolivariano de Hugo Chávez. Trata-se da Telesur, uma televisão multi-estatal sediada em Caracas e financiada pelos governos de Venezuela, Cuba, Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador e Nicarágua.

Com o lema “nosso norte é o sul”, a Telesur tem 80% de sua programação com conteúdo informativo. Outros 20% são filmes e documentários independentes produzidos na AL. A Telesur opera com correspondentes em todos os países latino-americanos, na Europa, na Ásia e na África.

### Donos da mídia

Dentre as principais dinastias familiares que controlam a mídia na América Latina estão: Marinho, Civita, Frias, Mesquita, Sirotsky, Saad e Sarney no Brasil, Cisneros e Zuloaga na Venezuela, Noble,

Saguier, Mitre, Fontevecchia e Vigil na Argentina, Slim e Azcárraga no México, Edwards, Claro e Mosciatti no Chile, Rivero, Monastérios, Daher e Carrasco na Bolívia e Ardila, Lulle e Santos na Colômbia.

Também pode ser acessada de qualquer lugar do planeta pelo portal [www.telesurtv.net](http://www.telesurtv.net). Para o jornalista e sociólogo Ignacio Ramonet, diretor do *Le Monde Diplomatique* e presidente do Media Watch Global, a Telesur “constitui a primeira tentativa de liberação audiovisual e descolonização midiática” da América Latina<sup>1</sup>.

Talvez justamente por isso, a Telesur é vítima de bloqueio ideológico por parte de canais abertos e por assinatura. “Há boicote à Telesur nos Estados Unidos, onde vive parte dos povos do sul político, os imigrantes. Quando Manuel Zelaya foi deposto por um golpe de Estado, em Honduras, a Telesur estava dentro da em-

baixada e filmou tudo. Essas imagens não foram reproduzidas pela grande mídia. Temos informações de que na Rede Globo, por exemplo, a ordem é não reproduzir nenhuma imagem da Telesur”, esclarece Beto Almeida, membro da junta diretiva da Telesur e presidente da TV Cidade Livre, de Brasília.

Para que a Telesur tenha uma inserção de fato na sociedade brasileira, falta ampliar sua difusão na telinha. Por agora, o canal mantém acordos no país com a TV Brasil e com a TV Educativa do Paraná. O sinal é retransmitido no Maranhão e os telejornais são exibidos todos os dias na TV Cidade Livre. A Telesur também mantém acordos com as

TVs comunitárias do Rio de Janeiro, Brasília, Florianópolis e Recife, que fazem inserções em suas programações. Além disso, o sinal é transmitido abertamente por parabólica e por Sky, no canal 115.

Segundo Beto Almeida, o trabalho da Telesur é fundamental para romper a censura dos grandes meios de comunicação com relação às disputas que estão sendo travadas neste momento na América Latina: “Há documentários sobre o Movimento dos Sem Terra, por exemplo, que nunca foram exibidos na televisão brasileira, mas toda a América Latina vê hoje pela Telesur”. ■

## Fontes alternativas de informação na América Latina:

América Latina em Movimento - <http://alainet.org>  
Instituto de Estudos Latino-Americanos - <http://www.iela.ufsc.br>  
Agencia Bolivariana de Prensa - <http://www.abpnoticias.com>  
Altercom - <http://www.altercom.org>  
Adital - <http://www.adital.com.br>  
Rebelión - <http://www.rebellion.org>  
Agencia Boliviana de Información - <http://www.abi.bo>  
Casa da América Latina - <http://www.casadaamericalatina.org.br>  
Agencia Bolivariana de Noticias - <http://www.abn.info.ve>  
Telesur - <http://www.telesurtv.net>  
Granma Internacional - <http://www.granma.cu>  
Anncol - <http://www.anncol.eu>

<sup>1</sup>Ignacio Ramonet, “Telesur”, em <http://www.aporrea.org/actualidad/a15806.html>

# ENGENHARIA EM TEMPO DE DESAFIOS: ÉTICA E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

*Renato dos Santos Andrade*

*Integra a Diretoria*

*Executiva da FISENGE e representa a Federação no Movimento Ficha Limpa.*

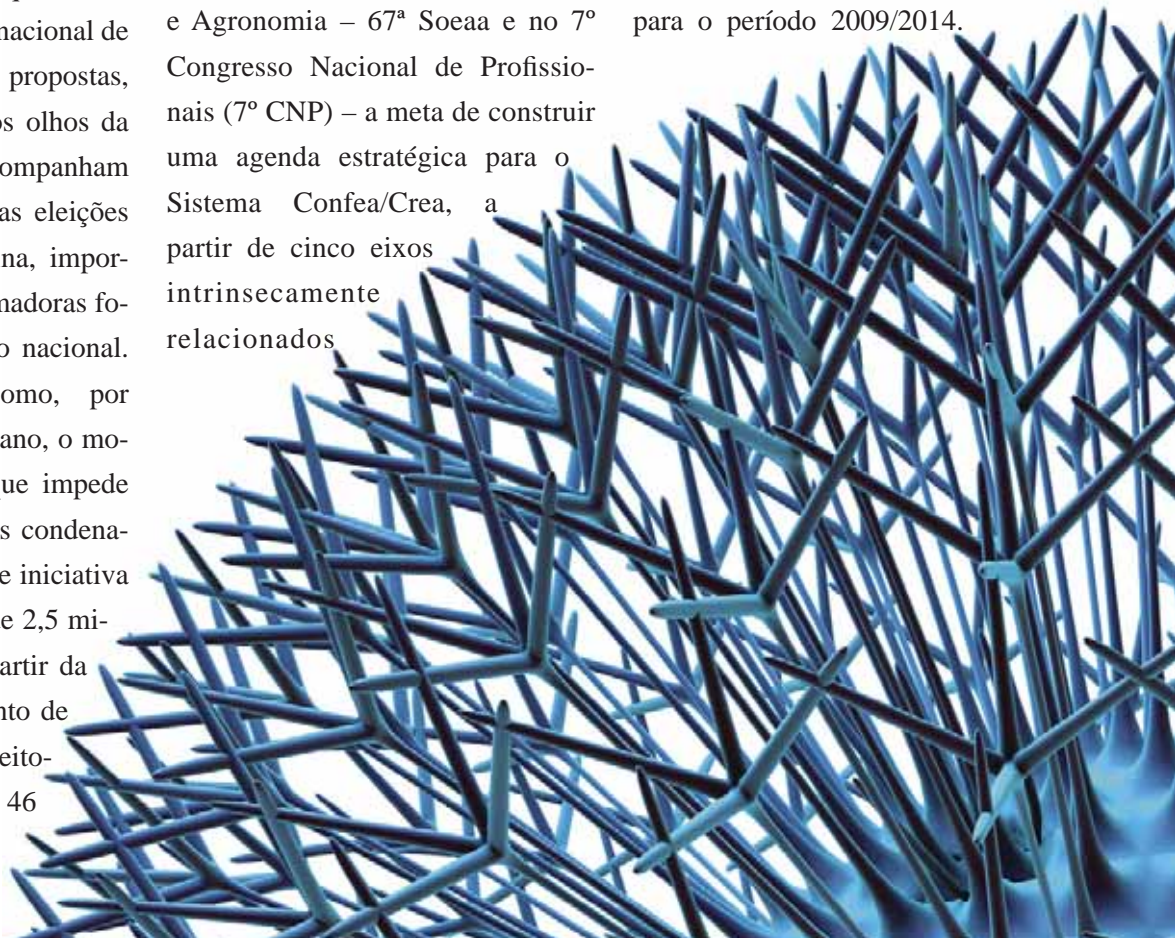
**N**a verdade, 2010 é um ano com características muito especiais. Além das eleições, que fazem deste período um espaço nacional de debates e formulação de propostas, num momento em que os olhos da política internacional acompanham com profundo interesse as eleições em toda a América Latina, importantes bandeiras transformadoras foram hasteadas no cenário nacional. Algumas vitoriosas, como, por exemplo, em maio deste ano, o movimento Ficha Limpa, que impede a candidatura de políticos condenados na Justiça. O texto, de iniciativa popular, recebeu o aval de 2,5 milhões de assinaturas, a partir da mobilização do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) que envolve 46

entidades nacionais, dentre elas a FISENGE. Sem sombra de dúvida, um marco na luta pela ética na política.

A semana de debates em Cuiabá deve ser considerada ímpar e única. Temos agora, como profissionais, neste mês de agosto, na 67ª Semana Oficial da Engenharia, Arquitetura e Agronomia – 67ª Soeaa e no 7º Congresso Nacional de Profissionais (7º CNP) – a meta de construir uma agenda estratégica para o Sistema Confea/Crea, a partir de cinco eixos intrinsecamente relacionados

com os profissionais engenheiros: formação profissional, exercício profissional, organização do Sistema, integração profissional e social, e inserção internacional. Todos igualmente desafiadores.

São eixos que resultam da Formulação Estratégica realizada em 2008 para o período 2009/2014.



Frutos da visão de um futuro analisado a partir dos desafios que, de maneira inquestionável, estão colocados para o país nos próximos anos. E é exatamente a visão deste país que queremos e, que sabemos possível, que nos cabe afirmar e consolidar, mas já num horizonte mais distante, de 2011 a 2022.

## Diálogo com a sociedade

Cada um desses pontos de pauta tem importância vital no processo da construção profissional, desde a formação do necessário diálogo com a sociedade até a capacitação técnica. O grande desafio é que este cidadão saia da escola com uma formação técnica consistente e também com uma formação social, política e com a visão dos valores éticos que envolvem o exercício de sua profissão.



Qual o papel destinado ao engenheiro no atual estágio do desenvolvimento nacional?

Está na ordem do dia em vários países do mundo a questão da certificação profissional, que além do reconhecimento formal da competência, busca contemplar a experiência e a avaliação da qualidade segundo normas estabelecidas. Para quem está no mercado de trabalho e para o país são temas de fundamental importância.

Não menos importante é a preocupação com o acervo técnico desse profissional, que deve

ser utilizado como critério de análise nos processos licitatórios e seletivos de profissionais.

Não faz qualquer sentido nos tempos atuais que exista grande distância entre a academia e o mercado de trabalho e entre a universidade e o exercício profissional, num campo em que a formação visa exatamente à capacitação profissional para a solução de problemas enfrentados pela sociedade, dentro das regras e normas estabelecidas. Somar forças é o melhor caminho, como a parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e o Sistema Confea/Crea, para a avaliação das propostas de criação de novos cursos por especialistas, com análise dos vários aspectos inerentes à oferta de uma nova alternativa de formação para a população, à luz do formato do curso oferecido e da realidade local e regional.

# *Qualificar os profissionais e as entidades é um processo no qual perpassam valores como solidariedade, liberdade, democracia e soberania nacional.*

Outro passo decisivo é a iniciativa do Sistema Confea/Crea de atualizar a forma de conceder atribuições à luz das disciplinas que contribuíram para a formação de cada profissional na graduação, na especialização ou pós graduação, conforme estabelecido na Resolução 1.010/2010, contemplando a multiplicidade de possibilidades de formação profissional. Encontra-se em fase final o desenvolvimento de *software* capaz de relacionar instituições de ensino e seus respectivos cursos e disciplinas ministradas com a matriz do conhecimento de cada profissão desenvolvida pelo Sistema Confea/Crea com o apoio de especialistas. Esta é uma nova fase que se estabelece, com perspectivas de redução significativa dos conflitos entre as várias modalidades sobre atribuições profissionais.

## Futuro próximo

A organização do Sistema Confea/Crea e sua adaptação às perspectivas futuras é fundamental para a sustentabilidade das profissões e da sua própria sustentabilidade, dentro de um processo de transformação,

voltado para um futuro que vislumbramos muito próximo. Capacitação e excelência na gestão não são exercícios de retórica. A adesão ao Programa Nacional de Excelência em Gestão Pública (Gespública) é um forte indicativo do caminho que se pretende percorrer voltado para o fortalecimento da sua relação com os usuários, em que, segundo Paulo Daniel, “a qualidade seja o caminho, a excelência o destino e o desafio a sua manutenção”. Assim, a exemplo das grandes organizações e de várias esferas do Poder Público, precisamos perseguir um Modelo de Excelência em Gestão que assegure unidade de ação e reconhecimento da sociedade

e dos profissionais.

Alguns Conselhos Regionais têm conseguido estabelecer uma forte relação com os movimentos sociais e investir em formação, qualificação e gestão. Desenvolver suas rotinas de trabalho e absorver as orientações do planejamento estratégico do Sistema Confea/Crea e trabalhar numa perspectiva de gestão estratégica, dando respostas à sociedade e contribuição efetiva para a promoção de políticas públicas, demonstra que este é um caminho possível para o Sistema Profissional como um todo.

A integração profissional com a sociedade exige respostas já. Os profissionais engenheiros, arquite-



O desafio: formação técnica com a visão dos valores éticos que envolvem o exercício da profissão.



## Eleição na Internet

A utilização da internet nas eleições está em pauta. O modelo eleitoral atualmente utilizado no Sistema Confea/Crea para eleição de Conselheiros Federais e Regionais, Presidente de Crea, Presidente do Confea e Diretoria da Mútua segue o mesmo padrão da eleição oficial brasileira. São pontos considerados positivos: maior segurança por ser idêntico ao processo oficial utilizado há 20 anos; transparência por ter o respaldo do TSE e dos TRE's. Dentre os pontos considerados negativos estão: a dependência do calendário eleitoral do TSE, que obriga as eleições do Sistema a respeitar a quarentena das urnas eletrônicas, principalmente quando ocorrem as eleições oficiais majoritárias dos Poderes Executivo e Legislativo; a dependência administrativa dos TRE's, que podem se opor ao empréstimo das urnas, mesmo se o TSE estiver participando do processo e a vinculação dos eleitores

a sessões eleitorais fixas, a exemplo do que ocorre na eleição oficial, como condição fixada pelo TSE para o empréstimo das urnas eletrônicas. Historicamente, o percentual de profissionais votantes não ultrapassa 10%, o que pode subsidiar contestações quanto à efetividade da divulgação e até mesmo do resultado do processo eleitoral em face da representatividade do universo profissional. Observa-se, ainda, que esta situação agrava-se em função da escolha dos locais das sessões eleitorais que pode influenciar menor ou maior participação de determinado grupo profissional. A proposta é desenvolver um Sistema eleitoral que possibilite a validação do profissional, o registro do voto de maneira segura (utilizando criptografia de dados), e a totalização imediata após o encerramento do período de votação. A solução contemplará a auditoria por empresa especializada em Segurança da Informação para garantir que o Sistema desenvolvido não pos-

sui código malicioso. Além disso, toda a infraestrutura será auditada garantindo-se que não existirá fragilidade técnica em nenhum ponto. A utilização da internet como meio para a realização da votação já vem sendo adotada por outros Conselhos Profissionais com sucesso, ampliando consideravelmente o número de profissionais votantes, com tecnologias que permitam a um profissional votar pela internet com a garantia de que seu voto não será alterado ou computado para outro candidato. São pontos positivos: mais profissionais podem exercer o seu direito de voto, maior transparência e representatividade do processo eleitoral, e redução considerável dos custos do processo a médio e longo prazos. A proposta inclui a criação de um grupo técnico para estudar e sugerir os procedimentos de implantação do novo modelo eleitoral pela internet de forma a garantir a segurança da informação, no que concerne ao sigilo e à inviolabilidade do voto.

tos, agrônomos, geólogos são responsáveis pela produção de bens e serviços que dizem respeito ao bem estar e qualidade de vida das pessoas, mas esse papel, muitas vezes, não é reconhecido, seja pelo setor empregador com a promoção da devida valorização e remuneração adequada, seja pela busca desse conhecimento técnico por parte dos gestores municipais e da população.

A aproximação entre profissionais e sociedade deve ser buscada permanentemente com o apoio do Sistema Profissional e das Entidades de Classe de forma que o produto do saber desses profissionais seja, cada vez mais, disponibilizado para a população, interferindo assim na melhoria contínua da qualidade de vida.

Qual o papel destinado ao engenheiro no atual estágio do desenvolvimento nacional? A descoberta de petróleo e gás na camada de pré-sal da costa brasileira é resultado da competência da engenharia e da geologia brasileira. Este é um fato histórico que, sem exagero, modifica o cenário no mundo. Uma situação real de desafios na área ambiental e no âmbito da logística, da tecnologia de exploração, do armazenamento, do transporte de petróleo, com interferência em uma grande cadeia produtiva e com reflexos diretos no acúmulo de riquezas para o país com grandes possibilidades de redução das desigualdades sociais e construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável e sustentado para o país. A engenharia

---

***Sistema Profissional  
forte pressupõe  
entidades fortes.  
Não há chance  
de um sistema  
profissional se  
fortalecer sem que  
suas entidades  
tenham clara  
interação com a  
categoria.***

---

tem ou buscará respostas para cada um desses desafios. O Sistema Confea/Crea, ao se olhar nos próximos dez anos, deve identificar os caminhos que a engenharia vai trilhar, à luz dos cenários futuros e redefinir o seu papel nesse novo contexto, a partir de um diálogo que deve envolver governos, academia, setor produtivo, profissionais e a sociedade como um todo.

## Inserção internacional

A internacionalização dos serviços e a globalização da economia desenham um cenário que exige, entre outras ações, a formação de especialistas. Isso atende aos interesses econômicos das nações mais desenvolvidas. E exige instrumentos que fiscalizem a atividade profissional dos estrangeiros no país. Por outro lado, tão importan-

te quanto, são as ferramentas com vistas à inserção dos profissionais brasileiros no exterior. Há um fluxo de mão dupla: uma crescente abertura à mão de obra de profissionais estrangeiros e grande contingente de engenheiros brasileiros atuando fora do país. As condições legais para o trabalho dos estrangeiros que ingressam em nosso país devem ser redefinidas a partir de um diálogo do Sistema Profissional com os órgãos governamentais, não excluindo desse processo a introdução de um sistema de certificação profissional onde nossas entidades de classe podem cumprir um papel relevante. A definição de um processo claro de acreditação dos cursos realizados no exterior que contemple a crescente mobilidade profissional, em especial no âmbito Mercosul, também se faz necessário, mantendo-se a exigência de registro, que deverá se processar de forma ágil e efetiva, e o controle dos profissionais com autorização para trabalhar em nosso país.

A inserção internacional brasileira apresentou maior destaque na década de oitenta, quando a chancelaria brasileira colocou como tema estratégico os acordos multilaterais. A partir de então a América Latina tornou-se o centro das negociações. Início da década de noventa, o Mercosul é definido como prioridade na agenda internacional. Os anos noventa mostraram que a internacionalização não é apenas uma tendência, mas uma necessidade imposta pela conjuntura atual.

## Valorização Profissional

O Brasil avança, bem como os índices de desenvolvimento. Na contramão deste processo, a mídia tem alardeado a possível escassez de engenheiros e profissionais de tecnologia. Atualmente, são quase 1.500 cursos de Engenharia, que oferecem aproximadamente 150 mil vagas por ano. Então, por que a escassez de profissionais? Há um ponto fundamental nesta questão: a valorização profissional e sua respectiva inserção na sociedade, haja vista a importância da engenharia, não somente no cotidiano, como também para o crescimento do país. Nesse sentido, o Confea, articulado com as entidades, tem pautado políticas permanentes de valorização profissional, como a luta pelo cumprimento do Salário Mínimo

Profissional (SMP), campanhas para reconhecimento social, formação e qualificação profissional. São reivindicações dos profissionais. Conforme uma pesquisa do Instituto Focus realizada em 2009, cerca de 43% dos profissionais indicam o reconhecimento da profissão pela sociedade e 42,3% apontam a defesa do SMP como ações de promoção da valorização profissional.

Assumindo uma posição estratégica para o avanço das questões nacionais, o projeto de valorização profissional tem o objetivo de esclarecer à sociedade a importância do papel do engenheiro e suas atividades. Além disso, promover políticas pelo cumprimento do SMP, incentivar as pesquisas e tecnologias, e ampliar a formação social e a qualificação técnica são pontos vitais para este projeto que coincide com a construção de um projeto de Nação.

Este é um debate que ultrapassa questões meramente corporativas e atinge todo o conjunto da sociedade. O Brasil tem grandes projetos em vista: construção de usinas hidrelétricas, descoberta de novas matrizes energéticas, pré-sal e bacias de petróleo, tecnologia da informação, obras públicas promovidas pelo PAC, entre outros, além dos grandes eventos, como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Todos estes pontos trazem intensa expectativa para a sociedade e o engenheiro cumpre tarefa primordial, exercendo sua profissão comprometido com uma visão social. Isto significa comprometimento com um desenvolvimento sustentável em busca de uma sociedade igualitária, que promova acesso e universalização das políticas públicas para todos.

Um fenômeno onde as nações se reuniram para disciplinar as regras de convivência internacional tanto no âmbito comercial e financeiro, quanto no político e econômico. O processo de internacionalização exige investimentos significativos e tem retorno demorado. Os desafios estão em dois eixos: o da estratégia e o da preparação das pessoas.

## Força da união

Sistema Profissional forte pressupõe entidades fortes. Não há

chance de um sistema profissional se fortalecer sem que suas entidades tenham clara interação com a categoria. É desta base que saem as propostas de soluções e as contribuições para as ações. Pensar o fortalecimento das entidades é ampliar seu processo de participação. A FISENGE já realiza planejamento estratégico de suas ações à luz das deliberações do Congresso Nacional dos Engenheiros (Consenge) e busca, permanentemente, interagir com a sua base e com a sociedade no debate e encaminhamento de so-

luções para as questões vinculadas à engenharia que dizem respeito ao Engenheiro e à sociedade como um todo. Na busca de ampliar o espaço de participação, defende, por exemplo, a eleição via internet para a escolha de presidentes do Confea e dos Crea como uma forma de ver crescer a mobilização profissional. A presença da categoria hoje é inferior a 10% nos processos eleitorais!

E o quadro se agrava com a fragmentação e a multiplicidade de entidades. Este caminho significa seguir na contramão das tendên-

cias mundiais da história. Enquanto organizações e empresas estão num processo de concentrar forças, caminhamos para a dispersão e não para ações comuns. Trabalhar, por exemplo, a formação continuada, oferecer cursos para os profissionais, trabalhos de orientação à população, como previsto pela lei que estabelece assistência técnica gratuita, pode ser feito de forma conjunta com outras entidades. Novamente, na soma de esforços, nas parcerias e nas articulações com demais instituições, o desenvolvimento da qualidade da gestão deve estar presente.

As entidades necessariamente têm que se qualificar para buscar recursos onde eles estão disponíveis e para fazer ações em prol da sua base de profissionais. Um claro exemplo: o Confea disponibilizou, em 2009, 10 milhões de reais para projetos e apenas 6 milhões foram conveniados, ou seja, 40% não foram utilizados, muito em função da dificuldade que as entidades têm de formular um projeto para ir captar os recursos. Muitas outras parcerias e formas de captação de recursos se perdem por falta de capacitação no gerenciamento e de visão dos objetivos estratégicos.

## Desenvolvimento e ética

Praticamente tudo que se faz hoje em termos de desenvolvimento tem proximidade com a engenharia. A engenharia está em tudo que

a Copa de 2014, por exemplo, demanda de projetos: infraestrutura, melhorias dos aeroportos, estradas, mobilidade urbana, transportes coletivos, estádios de futebol. Tudo isto é um imenso desafio, assim como os eventos das Olimpíadas de 2016, que trazem no bojo, com absoluta relevância, uma política nacional de esportes que pode mudar nossa realidade no processo de inclusão social.

O programa Minha Casa Minha Vida, de 1 milhão de moradias, representa uma solução de não mais que 14,15% do déficit habitacional existente. Portanto, a demanda por moradia continua e a engenharia tem que oferecer soluções de habitações sustentáveis para a população de baixa renda. Assim é também na área de geração de energia, da matriz energética, dos recursos naturais. Maior o crescimento e o desenvolvimento, maiores os desafios para a engenharia, as novas tecnologias e, principalmente, para o controle social dessas respostas e ações. Entra em cena a necessidade de fiscalização e da afirmação permanente da ética profissional. O exercício profissional responsável está intimamente relacionado como

exercício ético com atuação do profissional no âmbito de sua habilitação e experiência profissional, abstendo-se de atuar em áreas onde não possui domínio técnico, evitando-se situações de imperícia e negligência e a exposição da população a situações de riscos.

Não há no Sistema Confea/Crea um banco de dados nacional disponível para consulta dos Creas, relativo às penalidades aplicadas pelas câmaras regionais especializadas aos profissionais que cometeram infrações éticas. Criar um banco de dados nacional, acessível às comissões de ética, e fornecer informações sobre reincidências de infrações éticas cometidas, suspensões, subsidiando as comissões de ética sobre a penalidade mais adequada, são respostas necessárias, inclusive com o uso das tecnologias de informação como mais uma forma de proteger a sociedade dos maus profissionais.

As exigências nessa área são muito maiores do que é oferecido pelo Sistema Profissional: uma Comissão de Ética Profissional apenas como um órgão de instrução processual para posterior decisão das câmaras e que se caracteriza como um dos maiores fatores de morosidade



Pensar o Brasil não é papel apenas do Estado, mas tarefa de cada um de nós. E a engenharia cumpre a sua tarefa.

na tramitação dos processos ético-disciplinares. Existem sugestões de modificar o formato atual das Comissões de Ética para que tenham total autonomia e poder para julgar os processos em primeira instância, mais ágil e efetiva perante os profissionais e a sociedade e mais severa na aplicação de penalidades.

Na capa interna desta edição mais um passo decisivo pela ética que extrapola ao âmbito interno do exercício profissional e busca debater a sua relação com a sociedade: o manifesto do Movimento Anticorrupção na Engenharia, lançado pelo Confea e apoiado pela FISENGE, com o objetivo de aumentar a transparência no setor público e privado, aprimorar leis e encorajar empresários e profissionais liberais a abrirem mão de práticas corruptas.

## Hora de mobilização

Ver crescer a mobilização da categoria para que participe das lutas e das grandes questões nacionais não é tarefa simples e não se tem a receita do caminho nem respostas prontas, mas está mais do que evidente que parte da atual desmobilização profissional é fruto, também, da falta de perspectiva. Depois de duas décadas sem desenvolvimento, engenheiros abandonaram a profissão e muitos outros profissionais deixaram de atuar.

Hoje o que se vê é o debate sobre a perspectiva da falta de profissionais em várias áreas, inclusive na engenharia, caso o país continue a crescer no mesmo ritmo.

Esta necessidade de profissionais, evidentemente, está condicionada, também, à capacitação e qualificação. Esse diferencial em relação aos demais no mercado o profissional vai buscar em suas organizações, nas entidades de classe, nos sindicatos, sempre na expectativa de melhores condições de trabalho, maior qualificação e melhor remuneração. A demanda por profissionais vai, naturalmente, levar a um aumento da mão de obra e isso estimula o estudante que vislumbra mercado e o profissional, que já no mercado, vai ter interesse em construir uma carreira profissional. São aspectos que contribuem de maneira decisiva para a mobilização da categoria.

É a perspectiva de futuro. ■

### Pensar O Brasil

O projeto estratégico denominado *Pensar o Brasil e Construir o Futuro da Nação* vem promovendo e qualificando o debate sobre políticas públicas, articulado e organizado com a participação dos profissionais da academia, dos movimentos sociais, dos governos federal, estaduais e municipais e outras entidades da sociedade civil. A proposta é criar um Programa Nacional de Integração do Sistema Profissional com as Políticas Públicas.

O que se impõe hoje à sociedade brasileira é um desenvolvi-

mento que seja sustentável, em todos os aspectos. A escassez de profissionais, o apagão de energia e outros problemas semelhantes nos mostram a necessidade urgente de se fazer um projeto de nação com o olhar do Sistema que congrega as entidades da tecnologia. Para isso, estão sendo criados grupos de estudos com a participação de diversas entidades pertencentes inclusive ao setor produtivo, universidades, sindicatos e entidades do Sistema Confea/Crea.

Nessa perspectiva de pensar um projeto de Nação, o Sistema pode contribuir e propor soluções para o desenvolvimento nacional susten-

tável, materializadas na produção de documentos e teses. É possível fomentar o debate na sociedade e agregar outros segmentos à discussão. E a construção de um futuro melhor se resume a uma palavra: democratização. Democratização dos espaços urbano e rural, democratização dos recursos naturais, enfim, democratização das políticas públicas para a universalização dos direitos básicos promovendo a justiça social com distribuição de renda. Pensar o Brasil não é papel apenas do Estado, mas tarefa de cada um de nós. E a engenharia cumpre a sua tarefa.

# INOVAÇÃO: ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

---

## Arthur Pereira Nunes

*Participou ativamente da implantação da Política Nacional de Informática e da instalação da Indústria Brasileira de Computadores. Graduado em Administração pela EBAP/ FGV, com Pós- Graduação no Institut International d'Administration Publique - Paris, foi Vice-Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Computadores (ABICOMP), Coordenador Geral da SOFTEX, Presidente do Conselho da Rede Nacional de Pesquisa (RNP) e coordenou o Comitê Gestor da Internet no Brasil. É hoje coordenador geral da representação regional no Sudeste do Ministério da Ciência e Tecnologia.*

O esforço na área da inovação no Brasil apresentou perfil substancialmente diferenciado nos últimos dez anos. A evolução das iniciativas neste campo – desde a criação dos primeiros fundos setoriais – alcançou um novo patamar, especialmente nos anos recentes, quando se verificou significativo aumento do volume e maior estabilidade na alocação dos recursos.

Contudo, do ponto de vista de política pública, um dos fatos

mais marcantes foi o esforço de sincronização entre as políticas de ciência e tecnologia e a industrial. A adoção da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) permitiu estabelecer visão de longo prazo nesse campo, com indicação de áreas prioritárias, além de retomar o próprio conceito

de política industrial, ideia abandonada durante as décadas anteriores, quando predominou a orientação neoliberal. Outro relevante destaque está nas ações de inclusão social, finalmente inscritas na pauta das questões tecnológicas.

Ao final desse ciclo, aprovou-se uma lei de inovação, ampliou-se a adoção de estímulos à contratação de pesquisadores e buscou-se estimular a realização de atividade de Pesquisa de Desenvolvimento nas empresas. Os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) saltaram dos 220 milhões de reais em 2000 para 3 bilhões em 2010. Estudos recentes indicam que o país já alcançou a marca de 130 mil doutores titulados nas mais diversas áreas do conhecimento. Os gastos com pesquisa C&T no país já representam 1,43 % do PIB.

## Que fazer?

Na economia moderna, o principal desafio reside na construção da capacidade de desenvolvimento dos setores produtivos que, simultaneamente, proporcione significativa melhoria na qualidade de vida da população e contribua para aumentar o potencial competitivo das empresas, gerando desenvolvimento, emprego e renda de modo sustentável.

Esforços neste sentido têm obedecido a estratégias distintas. Em alguns países, o empreendimento inovador se dá em pequenas empre-

sas nacionais que se especializam em nichos de mercado. Esse seria o caso do *design* de semicondutores em Singapura e da biotecnologia e equipamentos médicos em Israel. Já em outros países (Índia, China, Coreia do Sul) optou-se pela criação de grandes empresas nacionais inovadoras, em setores de maior intensidade tecnológica como, por exemplo, nas tecnologias de informação e comunicação, e setor automobilístico. Neste caso as referidas empresas são geradoras de inova-

---

## *Os dados disponíveis de investigações recentes ainda registram baixa demanda por inovação nas empresas brasileiras...*

---

ção diretamente e indutoras de inovações na cadeia de produção.

Os dados disponíveis de investigações recentes ainda registram baixa demanda por inovação nas empresas brasileiras, embora haja moderadas expectativas de alterações no quadro geral dos últimos três anos.

Ao se especular sobre as causas dessa constatação, razoavelmente aceita pelos especialistas,

despontam os diagnósticos. As prováveis razões para essa pequena demanda do setor empresarial brasileiro por inovação decorreriam da baixa contribuição das empresas multinacionais em operação no Brasil. Estas, pouco inovam localmente e não estariam gerando transbordamento tecnológico (spillover) de relevo no país. Nesse caso, as contribuições dos pesquisadores no Brasil seriam objeto de apropriação lá fora, nas matrizes das corporações. Pesquisas sobre a nacionalidade dos solicitantes de registros e os titulares de patentes no país poderiam confirmar essa hipótese. Outra razão residiria no fato do país não contar com grandes empresas nacionais em setores de alto dinamismo tecnológico. A Petrobras se configuraria como uma exceção, já que a maioria das empresas brasileiras globais opera em setores, que ainda demandam, em menor escala, pesquisa, desenvolvimento e inovação. A nossa pauta de exportações parece confirmar esses argumentos, já que se encontra concentrada em itens de média e baixa intensidade tecnológica e amplamente deficitária no segmento de alta intensidade tecnológica.

## As Tecnologias de Informação e Comunicação

A 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada em maio passado, teve



---

***Uma estratégia  
para estimular e  
apoiar fortemente as  
empresas nacionais  
que desenvolvam  
tecnologia no  
país mostra-se  
indispensável.***

---

dos produtos e contribuir para integração no mercado mundial. Esse esforço evitaria também a imposição de barreiras técnicas que inviabilizam a entrada de nossos produtos no mercado internacional.

Quanto à formação de recursos humanos, as intervenções na reunião apontavam como prioritária a realização de forte investimento na formação em Engenharia e Ciências Exatas. Além disso, destacou-se a necessidade de uma formação multidisciplinar de recursos humanos, para melhor aproveitar o potencial inovador das (TICs) que, pela sua própria natureza e levando em conta as tendências de sua evolução futura, demandarão este tipo de profissional cada vez mais intensamente.

No que concerne à infraestrutura de Pesquisa e Desenvolvimento, destacou-se não apenas a importância dos investimentos em estruturas de laboratórios, mas também os do campo da E-Science, com priorização dos seguintes grandes temas: redes de alta velocidade, computação de alto desempenho, conectividade, plataformas multiusuárias, *web-labs*, visualização e compartilhamento de infraestrutura de pesquisa.

No campo do efetivo aproveitamento do potencial da economia brasileira, despontam importantes questões que necessitam de equacionamento. Em especial as modalidades e instrumentos a serem mobilizados para o necessário fortalecimento do setor produtivo nacional, mediante, sobretudo, o emprego do poder de compra e do poder regulatório do estado.

**Estímulo às  
empresas que  
desenvolvam  
tecnologia**

Uma estratégia para estimular e apoiar fortemente as empresas nacionais que desenvolvam tecnologia no país mostra-se indispensável.

Urge que se criem condições para construção de uma capacidade de desenvolvimento dos setores produtivos que simultaneamente proporcionem significativas melhorias na qualidade de vida da população, contribuam para aumentar o potencial competitivo das empresas, e propiciem desenvolvimento, emprego e renda de modo sustentável. Nesse contexto, torna-se indispensável atribuir ênfase nos desenvolvimentos das TICs que dêem suporte aos programas sociais. Da mesma forma, mostra-se cada vez mais necessária a plena exploração das potencialidades da convergência digital que preservem e valorizem a cultura nacional.

A expectativa da sociedade quanto à contribuição das (TICs) para o desenvolvimento sustentável pode ser atendida em parte com a adoção de ações de sustentabilidade tais como: sistemas verdes, lixo eletrônico (*e-waste*), aplicações ouvidas em energia e meio ambiente, entre outras.

É possível que as concordâncias pareçam significativas no diagnóstico. Resta saber como os instrumentos serão acionados e com qual prioridade e compromisso.

Com a palavra, a sociedade. ■



# Reforma urbana para a redução das desigualdades

Camila Marins

Jornalista editora do jornal *Fisenge*

Uma imagem de guerra. Luzes perturbam o sono daqueles que descansam na madrugada. Latidos de cachorros assustam crianças, enquanto os barracos de madeira estremeçam. Trabalhadores acordam no meio da noite com a ordem de despejo frente a um forte e ostensivo policiamento. Muitos apenas têm tempo de carregar as crianças que ali se encontram, outros correm, enquanto bombas de gás lacrimogêneo são lançadas. E a fumaça se confunde com a noite enquanto lares se transformam em cinzas.

Este não é um exercício literário, e sim uma história da vida real. A descrição de uma desocupação de área urbana que acontece frequentemente. Tanto a mídia quanto os

setores conservadores da sociedade insistem em esconder este caso de violação de direitos humanos. Esta cena também se estende ao campo. “Nós temos casos extremos de violência em ocupações. A polícia chega até a incendiar as casas, espancar trabalhadores. Eles passam por cima dos barracos com o trator e levam os móveis e todos os bens que os moradores tiverem”, denunciou a diretora nacional da Confederação Nacional de Associação de Moradores (Conam), Lindalva Rocha.

Concomitante a este dado dramático, que expõe a violência em conflitos urbanos, a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou em março deste ano o relatório *Estado das Cidades do Mundo 2010/2011: Unindo o Urbano Dividido*. O documento aponta que cinco cidades brasileiras – Goiânia (10<sup>a</sup>), Belo Horizonte (13<sup>a</sup>), Fortaleza (13<sup>a</sup>), Brasília (16<sup>a</sup>) e Curitiba

(17<sup>a</sup>), com Rio de Janeiro, na 28<sup>a</sup> posição, e São Paulo, na 39<sup>a</sup> – estão entre as mais desiguais do mundo, atrás apenas das cidades sul-africanas no *ranking* mundial.

O dado vem ao encontro da realização de dois eventos que discutiram políticas urbanas: o Fórum Social Urbano (FSU) e o Fórum Urbano Mundial (FUM), ambos realizados entre os dias 22 e 26 de março, no Rio de Janeiro. O relatório foi divulgado durante o FUM e também indica que cerca de 10,4 milhões de pessoas deixaram de viver em condições de favelização no Brasil nos últimos dez anos.

No entanto, o quadro de desigualdade com o qual convivemos diariamente faz parte de um processo de naturalização social contraditório, já que os movimentos sociais de luta por moradia sofrem com a criminalização, enquanto a desigualdade e injustiças sociais permanecem impunes. “A discrepância está na ocupação ilegal de terras por pessoas ricas, atendendo aos interesses da especulação imobiliária, que não sofrem qualquer tipo de criminalização. Ao contrário, são legitimados”, observou o presidente do Senge-PR, Valter Fanini, que fez

os entornos, dificultando acesso aos instrumentos da cidade. “Práticas como estas desencadeiam processos violentos de violações de direitos e o Estado, quando não é conivente, é protagonista. Essas violações são direitos constitucionais, de acordos e tratados internacionais e de construções internas de promoção e defesa desses direitos, tal como o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH)”, pontuou Juliana.

Lançado pelo governo federal em 21 de dezembro do ano passado, o PNDH propõe diretrizes claras no que se refere à garantia de cidades inclusivas e sustentáveis. De acordo com o Plano, é necessário efetivar um modelo de desenvolvimento sustentável com inclusão social e econômica e garantir o direito a cidades inclusivas e sustentáveis. Nesse sentido, além do fortalecimento de espaços institucionais democráticos, como o Plano Diretor das cidades, é necessário, cada vez mais, apoiar a luta dos movimentos populares e sociais pelo direito à moradia digna.

### **Assistência técnica gratuita**

Outro problema enfrentado pela população de baixa renda é a falta de orientação e assistência técnica. Fato que causa a construção de habitações de risco, sem estrutura, iluminação e ventilação adequadas. Com o objetivo de garantir segurança e conforto a essas famílias,

à cidade está diretamente relacionado ao acesso aos direitos sociais, econômicos, políticos, ambientais e culturais. Todos esses elementos caracterizam o que chamamos de reforma urbana, um conceito muito mais amplo do que garantir apenas conjuntos habitacionais. Dentro desse conceito de reforma urbana como direito à cidade, é necessário compreender que esta política só é possível dentro de um projeto maior de transformação profunda da sociedade como um todo.

O que acontece atualmente são os interesses de mercado sobrepostos aos interesses sociais e coletivos. “O problema urbano advém do caos do capitalismo”, caracterizou Marcos Arruda, pesquisador, economista e sociólogo do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs). Esta lógica traz sérias consequências, tais como: especulação imobiliária, militarização das áreas, criminalização dos movimentos sociais e populares, distanciamento das comunidades para

uma oficina no Fórum Social Urbano sobre a segregação urbana e ainda editou a publicação *RMC em debate – Em busca de uma gestão metropolitana democrática*.

### **Militarização de áreas de ocupação urbana**

“O direito à moradia adequada significa que as famílias não serão removidas e que terão acesso às políticas públicas necessárias, como saúde, educação, saneamento, transporte, meio ambiente saudável, trabalho, terra e uso local de acordo com características culturais. Estes fatores são importantíssimos para retirar famílias da situação de vulnerabilidade e insegurança”, informou a assessora jurídica da organização Terra de Direitos, Juliana Avanci. Cabe ressaltar que o direito

o governo federal sancionou a Lei nº 11.888 que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social.

“O Estatuto das Cidades é um instrumento tardio. No entanto, com o investimento em habitações de interesse social, o déficit habitacional diminui, mas ainda ficamos muito longe de resolver o problema. Com este quadro, a Lei 11.888 assiste gratuitamente àqueles que constroem habitações precárias”, explicou Valter Fanini, presidente do Senge-PR. Ainda segundo Fanini, as políticas precisam ser integradas nos três níveis de poder: municipal, estadual e federal.

Segundo o Plano Nacional de Habitação, elaborado pelo Governo Federal, o déficit habitacional quantitativo do Brasil chega a 7,9 milhões de moradias e o déficit qualitativo, em 10 milhões de moradias. Em números absolutos, de acordo com estudo do Ipea, os do-

micílios precários concentram-se, principalmente, nas regiões Nordeste e Sudeste do País que, juntas, respondem por 60% deste total. Outro estudo do Ministério das Cidades revelou que existem mais de 12 milhões de brasileiros morando em três milhões de domicílios localizados em assentamentos precários, nos cerca de 560 municípios brasileiros com mais de 150 mil habitantes ou localizados em regiões metropolitanas.

## Favelas

Remoção, higienização, segregação, distanciamento. Não importa o termo, pois as favelas e a população residente nelas sofrem com o preconceito e o processo de criminalização a elas atribuído. Este é um problema histórico da sociedade brasileira que advém da escravidão de nosso país, já que a população negra foi abandonada nas cidades sem qualquer política ou assistência, sendo obrigada a construir os primeiros bar-

racos nos morros do Rio de Janeiro – primeira cidade a despontar com favelas no Brasil.

Não somente os negros estão marginalizados no processo da garantia de direito à cidade, mas a população pobre em geral. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo de 2000, as cidades com maior número de favelas no país são Rio de Janeiro (513) e São Paulo (612). “Na cidade de São Paulo, por exemplo, 83% da população afirmaram que se pudessem morar fora da capital, morariam”, contou o pesquisador Marcos Arruda.

Pensar em direito à cidade significa pensar no acesso aos direitos básicos de um cidadão para além da moradia, como: transporte público, saúde, educação, alimentação, entre outros. Somente garantindo tais direitos fundamentais, previstos na Constituição Federal, a população poderá seguir rumo à igualdade social. ■

Arte: Rebeca Pinheiro



# Morosidade da Justiça: uma estratégia do capital

*“Esta luta do direito e do fato dura desde a origem das sociedades. Terminar o duelo, amalgamar a ideia pura com a realidade humana, fazer penetrar pacificamente o direito no fato e o fato no direito, eis o trabalho dos sábios”.*

*Victor Hugo, pensador e escritor francês.*

“A justiça tarda, mas não falha”. O antigo ditado revela a contradição, já que a morosidade da justiça brasileira representa uma falha de todo um sistema. De acordo com relatório do Conselho Nacional de Justiça, realizado em 2008, somente na primeira instância da Justiça do Trabalho, tramitaram 6 milhões de processos, sendo 3,2 milhões de casos novos e 2,8 milhões de

casos pendentes de julgamento. Em 2007, ainda segundo levantamento do CNJ, o percentual de processos parados durante um ano foi de 46%. Isto significa quase metade dos processos parados na burocracia da Justiça do Trabalho.

Essa morosidade só traz prejuízo para os trabalhadores, já que os empregadores buscam ao máximo retardar o processo e, muitas vezes, entram com inúmeros recursos, empacando ainda mais a tramitação. Inclusive, muitos destes trabalhadores já entram em desvantagem no processo, pois ficam desempregados ou em condições precárias de trabalho. Nesse contexto, vale destacar a questão do poder econômico, ou seja, aquele que detém o poder e o capital é capaz de segurar processos, mesmo ações coletivas, por anos. “A morosidade

prejudica fundamentalmente o trabalhador, já que o empresário utiliza a lentidão da justiça para burlar a legislação trabalhista. Geralmente, o trabalhador espera um longo tempo para, na maioria das vezes, obter um ressarcimento parcial dos valores”, explicou o professor e sociólogo, Ricardo Antunes, também autor do livro “Adeus ao Trabalho?”.

Outro ponto destacado por Antunes são os acordos. “Diante do risco da espera, os tra-



o pagamento do valor incontroverso, ou seja, o montante reconhecido pela empresa – sobre o qual não há controvérsia. “Embora estejamos felizes com a vitória, é importante questionar a morosidade da Justiça do Trabalho, já que o direito só foi reconhecido após anos. Durante todo esse tempo, passaram dez direções pelo sindicato e se não fosse a coerência, a tenacidade, a vontade política da entidade, a longo prazo, este direito não teria se materializado”, enfatizou o presidente do Senge-RJ, Olímpio Alves.

Ainda de acordo com a pesquisa do CNJ, a taxa de congestionamento na primeira instância da Justiça Trabalhista em 2007 foi de 49,4%. Na segunda instância, o percentual foi de 28%. Já no Tribunal Superior do Trabalho, a taxa chegou a 62,5%. O relatório do último período está prestes a ser publicado, com previsão para meados de março deste ano.

## O papel da entidade

Além do poder econômico e da questão processual, é preciso lidar com o fator social e a falta de celeridade na tramitação. Existem vários obstáculos no acesso à Justiça: sociais, econômicos e processuais. Os sindicatos têm papel fundamental neste processo, pois podem romper com os obstáculos econômicos prestando assessoria jurídica; também podem romper o obstáculo social por meio de campanhas de conscientização e, diante da moro-

Olímpio Alves, presidente do Senge-RJ: “Foram determinantes a coerência e a vontade política para a conquista dos direitos”.

balhadores aceitam negociar um valor menor do que o justo, desde que o processo seja mais rápido. Esta é uma verdadeira estratégia do capital para burlar os direitos, dificultar o acesso à justiça e contribuir com a precarização do trabalho”, ele observou.

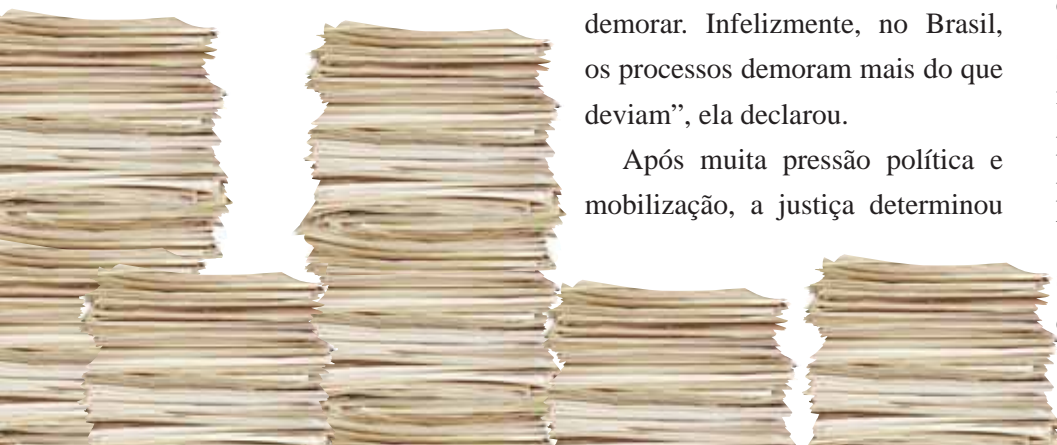
## O caso Data-base de Furnas

Um exemplo claro e atual é o caso *Data-base de Furnas*, processo pelo qual 851 engenheiros esperaram 28 anos para o início dos resultados judiciais. Quase três décadas depois, o Senge-RJ, ao lado dos profissionais de Furnas, ganhou a ação judicial sobre as

diferenças salariais, devido ao descumprimento da data-base dos engenheiros feita pela empresa. Do total de engenheiros beneficiados, 81 morreram à espera de um resultado. Este é o caso do marido de Regina Hall, 62 anos. O casal aguardou pelo recebimento do benefício. No entanto, Roberto Hall, 49 anos, faleceu em 1997, 13 anos após o primeiro resultado. “Foi uma pena meu marido não ter usufruído deste direito. Mas, mesmo assim, ainda não houve a decisão final, ainda faltam desdobramentos”, ela contou.

Já Dulce de Carvalho, esposa de Carlos José de Carvalho, também falecido, põe em xeque a eficácia da justiça no país. “A Justiça sempre foi tardia e eu sabia que ia demorar. Infelizmente, no Brasil, os processos demoram mais do que deviam”, ela declarou.

Após muita pressão política e mobilização, a justiça determinou



sidade, buscam uma ação coletiva e mecanismos de pressão como audiências públicas, passeatas e manifestações que rompam com o obstáculo processual.

É nesse sentido que o papel da entidade se reafirma como instrumento da prática democrática, já que por meio dele, direitos são reivindicados e efetivados e a ação coletiva se mostra muito mais eficaz que a ação individual. Mais uma vez, o exemplo do Senge-RJ ilustra a situação, pois mesmo com mudanças na gestão, na própria conjuntura política e econômica, o Sindicato se manteve e se mantém firme em seu papel de luta pelos direitos dos trabalhadores. Um dos beneficiados, o engenheiro eletricista, Miguel Santos, acredita que esta foi uma vitória baseada na obstinação de toda a composição do Senge.

“Fizemos passeatas saindo do sindicato em direção ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT); inúmeros cartazes e faixas; reuniões com o procurador-geral e com os advogados de ambas as partes; além de protestos, manifestações artísticas, como por exemplo, a representação da situação por meio de técnicas do Teatro do Oprimido no pátio de Furnas”, lembrou o diretor de assuntos jurídicos do Senge-RJ, Paulo César Granja, salientando que foi desta forma que a categoria se manteve mobilizada e não esmoreceu em momento algum. “Este é um verdadeiro exemplo

de prática democrática com ação organizada”, ele concluiu.

## Caos ou solução?

São muitos os problemas que ocasionam a morosidade. Além dos obstáculos sociais, econômicos, processuais e próprios da conjuntura, ainda há obstáculos de estrutura. Isso significa: falta de computadores, falta de condições de trabalho e até mesmo falta de magistrados para atender à demanda dos processos. Até o final de 2008, segundo dados do CNJ, a Justiça do Trabalho contava com 3.145 magistrados e 43 mil servidores – incluindo estagiários e terceirizados – sendo 32 mil pertencentes ao quadro efetivo. Estes fatos também representam o sucateamento e o descaso com o serviço público.

Para tentar otimizar a tramitação, a partir de 1º de janeiro de 2010 os processos da Justiça do Trabalho começaram a tramitar com um novo sistema de numeração, que determina a uniformização do número de processos nos órgãos do Poder Judiciário. Além do novo sistema de numeração, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) também anunciou a plena informatização por meio do Sistema Unificado de Administração de Processos da Justiça do Trabalho, ainda para este ano.

Celeridade e eficiência são qualidades que os trabalhadores mais esperam durante a tramita-

ção. Para isso, é necessário investimento público, fortalecimento do serviço, transparência, ética, muita luta e mobilização. Assim, a tradicional balança do direito pode vir, um dia, a representar verdadeiramente um Estado Democrático de Direito. ■



***“Fizemos passeatas saindo do sindicato em direção ao Tribunal Regional do Trabalho, inúmeros cartazes e faixas, reuniões com o procurador-geral e com os advogados de ambas as partes, além de protestos, manifestações artísticas, como por exemplo, a representação da situação por meio de técnicas do Teatro do Oprimido no pátio de Furnas. Este é um verdadeiro exemplo de prática democrática com ação organizada.”***

***Paulo Cesar Granja  
Diretor do Senge-RJ***

Comissão  
de Anistia

Ministério  
da Justiça

# DESAPARECIDOS POLÍTICOS.

## SERÁ QUE ESSA TORTURA NUNCA VAI ACABAR?

ACESSE O SITE DA OAB-RJ E PARTICIPE DO ABAIXO ASSINADO  
DA CAMPANHA PELA MEMÓRIA E PELA VERDADE.



ARQUIVOS  
ABERTOS

As famílias têm esse direito.

[WWW.OAB-RJ.COM.BR](http://WWW.OAB-RJ.COM.BR)

Um campanha da **OABRJ**

# A sala escurece e o filme nos ilumina

**José Carlos Asbeg**

*Jornalista e cineasta. Entre os seus últimos trabalhos está o premiado "1958 – O Ano que o Mundo Descobriu o Brasil", transformado em série veiculada durante a Copa do Mundo na TV Brasil.*

*A proposta governamental de novas salas de exibição por todo o país, em cidades que tenham entre vinte mil e cem mil habitantes é um primeiro esforço para levar a informação e a cultura cinematográfica a milhões de excluídos.*

**S**e os olhos são a janela da alma, o cinema é a janela da consciência. Uma sala de cinema é como um livro, um portal para um mundo novo de compreensões. Criar cinemas é criar espaços de consciência desde as coisas mais banais até as observações mais complexas da vida, do nosso cotidiano, do nosso país, possibilidades de percepção do mundo, crescimento humano.

Quando a sala escurece, o filme nos ilumina. A experiência coletiva de ir ao cinema é um dos rituais culturais mais marcantes de todo o século XX, o século de consolidação da imagem como o mais poderoso instrumento de informação.

A proposta governamental de novas salas de exibição por todo o país, em cidades que tenham entre vinte mil e cem mil habitantes é um primeiro esforço para levar

a informação e a cultura cinematográfica a milhões de excluídos. Que o Brasil tem um déficit alarmante de salas de cinema é sabido e lamentado há anos. Há anos, também, vemos cinemas de rua virar igrejas ou mercadinhos de bairros (na verdade, não há quase diferença entre um e outro). Os cinemas hoje praticamente se escondem em centros comerciais. Portanto, a notícia é animadora.

Mas, traz vários pontos de interrogação. É preciso desembrulhar o pacote da ação ministerial, que ainda deixa margem a dúvidas. Ao lado da boa intenção muitas vezes vem a ação que pode acabar dando em nada.

## Questões em pauta

Trata-se de uma excelente oportunidade para se discutir

mais amplamente a indústria do cinema no Brasil. Seria uma pena perder mais esta chance. O programa pode apontar para uma necessária renovação nas relações do setor cinematográfico do país. Vamos a alguns pontos

É muito bom que as cidades pequenas ou do interior do país recebam este incentivo, mas porque os grandes bairros periféricos de megalópoles como Rio e São Paulo, Recife, não recebem a mesma atenção? Os moradores dessas regiões têm que se deslocar até áreas distantes para ver um filme. As periferias precisam ser contempladas também, neste ou em outro programa, urgentemente.

As novas salas, fala-se em 1.177, serão construídas com dinheiro público, ou seja, do povo brasileiro, portanto, é obrigatório que sejam um espaço para o cinema brasileiro e para todo o cinema brasileiro. Pode parecer redundante, mas não é. O novo cinema comercial brasileiro, que em 2009 bateu recordes de público, é uma ponta de lança na reconquista do espectador nacional. Isso é excelente. Mas há outras vertentes do cinema brasileiro que precisam de espaço, como os filmes que não recebem lançamentos tão ruidosos na mídia e os documentários, que vasculham a história, a contemporaneidade, a cultura e até mesmo a alma do Brasil. Estes filmes, a grande maioria de ótima qualidade técnica e verdadeiras declarações de amor ao nosso país, precisam ser igualmente contemplados pelas novas salas.

Já que se trata de dinheiro público, com obrigação das prefeituras de concederem isenção de tributos aos novos exibidores, é preciso que estes cinemas não sejam mais um local privilegiado do cinema americano dentro do país. Sem nacionalismo rastaquera, mas não podemos dar de mão beijada milhões de novos espectadores à indústria hollywoodiana, que nos impõe um *dumping* (aliás, por que esse *dumping* nunca é denunciado? Por que as autoridades fiscais não cuidam mais disso?) que nos enfia goela abaixo filmes que cultuam a violência e o heroísmo individual como formas de ação social e que em nada contribuem para a formação cultural do público

## *As novas salas, fala-se em 1.177, serão construídas com dinheiro público, ou seja, do povo brasileiro,*

brasileiro. Pelo contrário, cada vez mais nos afastamos de nossos valores, ou seja, nos afastamos de nós mesmos para sermos mais americanos do norte.

### **Intermediação política**

A ação federal prevê que a prefeitura da cidade conceda isenção fiscal, escolha um empresário que construirá e administrará a sala, e consiga um deputado de seu estado para fazer a emenda ao orçamento e trazer para a cidade 1 milhão e 500 mil reais, custo determinado de cada sala. O que determinou a escolha deste caminho? Por que a intermediação política? Quem fiscalizará quem? Como foi calculado o custo de cada cinema? Estamos falando de 1 bilhão 765 milhões de reais que serão movimentados. É um bocado de dinheiro. Se dinheiro na mão é vendaval, como canta Paulinho da Viola, dinheiro público é água, evapora num segundo no calor tropical.

Um dos grandes nós da cadeia cinematográfica brasileira é a divisão da renda de bilheteria, o que leva os produtores a buscarem remuneração quase que exclusivamente na fase de produção dos filmes e não no retorno de bilheteria, como acontece com qualquer outro produto oferecido ao mercado consumidor. Em geral os exibidores ficam com metade da arrecadação do filme. É exorbitante, altamente injusto. Em seguida,



*portanto, é obrigatório que sejam um espaço para o cinema brasileiro e para todo o cinema brasileiro.*

os distribuidores retiram suas parcelas e recuperam os gastos que informam ter tido com lançamento. Esses percentuais chegam depois dos impostos, cobrados em cascata (do exibidor, do distribuidor e, por fim, do produtor). Quando o produtor vai receber sua parte, é uma raspinha de nada, logo ele, que empreendeu, que gerou aquele produto, que movimentou a indústria, deu trabalho a centenas de profissionais, ocupou laboratórios e arquivos. Essa relação é um castigo para os produtores e um ciclo vicioso sem saída. Se os produtores não conseguem remuneração de bilheteria, buscam nos orçamentos da produção a saída para seus bolsos, o que é uma inversão do princípio capitalista que rege as relações comerciais no Brasil e no mundo ocidental. Na verdade, os produtores brasileiros são completamente desesperançados da venda de seus filmes. Quando acontece um sucesso (ainda bem) ou ele é exceção à regra ou vem num movimento de grife, caso hoje das películas chanceladas pela Globo Filmes. As novas salas podem ajudar a mudar esta relação.

## **Democratizar é possível**

A exibição digital já é uma realidade no país e traz a vantagem de baratear enormemente custos para toda a cadeia cinematográfica, desde a produção, passando pelo lançamento até a exibição. Estas novas salas

precisam obrigatoriamente ser digitais e não mais analógicas, porque trazem duas vantagens imediatas: primeiro, e importantíssimo, o ingresso pode e deve ser mais barato, porque toda a cadeia tem custos menores, o que possibilita o acesso do cinema a um maior número de espectadores; segundo, e não menos importante, o cinema digital impõe muito menos dano ao meio ambiente.

É preciso abrir a construção das novas salas para grupos de reconhecida capacidade exibidora e que se dedicam de fato à formação de platéia para o cinema brasileiro e para o cinema de consciência, como, por exemplo, o Ponto Cine e o Cine Bancários, de Porto Alegre. São salas que realizam um trabalho sério, onde predominam as produções nacionais. São dois exemplos, dois espaços aliados dos produtores, duas salas de excelente qualidade técnica e de enorme preocupação com o que é oferecido ao público. Se o objetivo da medida é apoiar o setor exibidor, que os circuitos alternativos de comprovada competência sejam ouvidos e tenham a oportunidade de participar deste esforço nacional.

As novas salas precisam ser, por fim, blindadas da picaretagem imobiliária. Não podem ser construídas e logo depois transformadas em igrejas, que trazem uma proposta inteiramente oposta à do cinema: um filme é uma viagem da consciência; a religião comercializada dos novos cultos é o pesadelo do infortúnio castigado. Os exibidores-donos dessas salas não poderão vender ou demolir os imóveis nem daqui a cinquenta anos e quando o fizerem que tenham a obrigação de construir um novo cinema para a comunidade que pagou pela construção do que foi demolido ou vendido.

Que venham as novas salas, mas que sejam para abrir corações e mentes, desde a proposta de construção, passando por uma nova relação remunerativa do tripé cinematográfico, até o encontro do cinema com o público. ■



# DIA

# INTERNACIONAL DA MULHER 1910/2010



**Hildete Pereira de Melo**

*Economista e professora Associada da UFF, atua hoje na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.*

Este texto tem como objetivo resgatar as múltiplas histórias das lutas feministas que tem no dia 8 de março, *Dia Internacional da Mulher*, sua marca mais forte. Comemorar a passagem desses 100 últimos anos da nossa trajetória nos remete a diferentes histórias da trajetória do feminismo, ancorada nas memórias pessoais, sociais e políticas.

O movimento feminista nasceu no bojo da luta coletiva das mulheres contra o sexismo, contra as condições de aversão e inferiorização do feminino, transformadas em práticas rotineiras de subordinação

das mulheres. O desenvolvimento do movimento de mulheres durante este centenário se constituiu como uma poderosa narrativa de desconstrução das desigualdades históricas estabelecidas entre homens e mulheres a partir da denúncia sobre a invisibilidade feminina nos espaços domésticos e da sua posição secundária na sociedade.

Esta memória coletiva feminista tem assim um dia especial para lembrar este passado, pensar no presente e projetar o futuro; assim, discutir sobre o significado do dia 8 de março como o dia da memória coletiva das mulheres, é o objetivo deste artigo. Este é um momento especial em que as mulheres de todo o mundo e de diversas classes sociais podem refletir sobre suas condições

de vida e de trabalho. A importância deste 8 de março de 2010 é que neste ano estas comemorações completam 100 anos.

A história deste dia origina-se nas organizações das mulheres socialistas européias que, junto com o movimento operário, iniciaram uma luta pela igualdade na família e no trabalho. A construção do princípio da igualdade de gênero é historicamente uma estrada que as mulheres vêm trilhando ao longo dos tempos e têm como um dos seus grandes marcos a realização da I Conferência Feminina da Internacional Socialista de Mulheres que aconteceu em 1907 no estado alemão de Baden-Württemberg, na cidade de Stuttgart. Foram 58 mulheres de 15 países que propunham derrubar os muros da intolerância, da incompreensão, da ignorância e dos preconceitos que subordina-

vam as mulheres naquele início de século. Nesta conferência apenas a Finlândia e a Noruega reconheciam o direito de voto feminino e apenas uma das delegadas neste congresso era parlamentar.

Em 1910 foi organizada a II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, na cidade de Copenhague (Dinamarca). Nesta conferência a socialista/feminista alemã Clara Zetkin (1857-1933), deputada em 1920 e dirigente da revista *Igualdade*, que circulou de 1891 a 1907, propôs a definição de um dia de luta pela construção da igualdade feminina no mundo, a exemplo do que faziam as socialistas americanas – *Women's day* – um dia especial que fizesse uma comemoração anual das lutas das mulheres. Ela foi mais além; este dia deveria ter um tema específico: a luta pela conquista do voto feminino. Nesta resolução aprovada no plenário da Conferência não ficou definido qual seria esta data.

Mas, a memória coletiva das mulheres ao longo da segunda metade



Fotografia de vítimas do incêndio na fábrica em Nova York. (Foto de International Ladies "Garment Workers" Union)

do século XX contou tantas histórias sobre as origens desta data; umas referem-se ao incêndio da fábrica têxtil Tringle Shirtwaist Company em 25 de março de 1911, em Nova York, no qual morreram 125 operárias e 21 homens. Essa tragédia teve enorme repercussão na sociedade norte-americana e pôs a nu as péssimas condições de trabalho da época, e assim contribuiu para fortalecer o movimento operário e melhorar as condições de segurança do trabalho nos EUA.

Outras memórias afirmam que a escolha desta data é uma homenagem à greve das trabalhadoras russas do setor têxtil no dia 23 de fevereiro de 1917 (esta data no Calendário Gregoriano, vigente no Ocidente, correspondia ao dia 8 de março); este acontecimento teria sido, segundo o revolucionário russo Trotski o que marcaria a importância desta data e teria consagrado o dia 8 de março como um dia especial

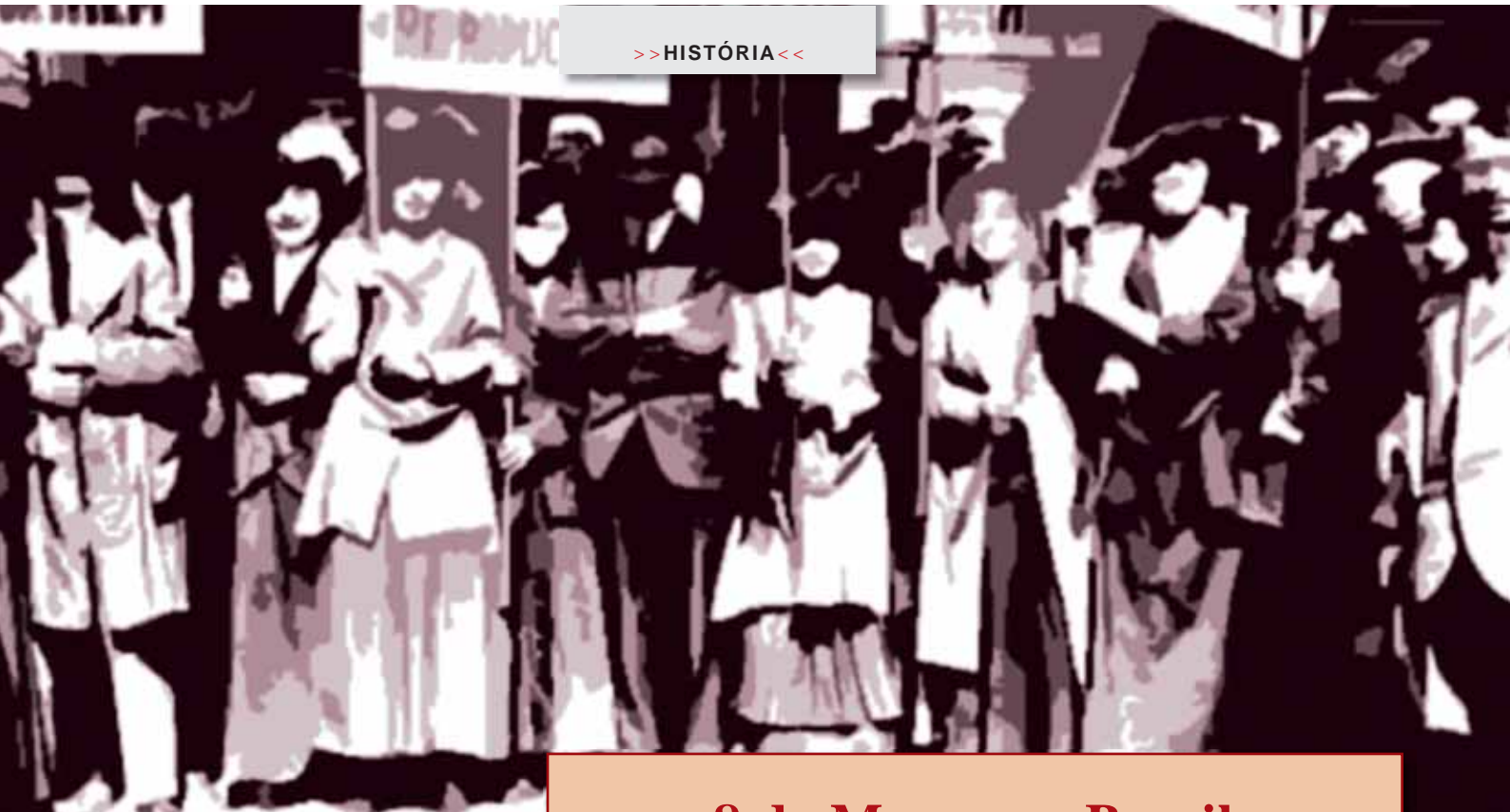
na memória das mulheres. Pois, na sua opinião, esta greve das operárias russas foi o primeiro movimento que culminaria com a Revolução de Outubro de 1917 na Rússia.

Uma ou outra destas histórias, ou ambas, contribuíram para que esta data fosse definida como o dia histórico de lutas; se foi em memória da greve das trabalhadoras russas ou, como se popularizou posteriormente, devido a um incêndio numa fábrica nos Estados Unidos nos idos de 1856/57, o que importa é que a data ficou marcada na história das mulheres mundiais.

Certamente, as turbulências políticas e econômicas, como a I Guerra Mundial e a Revolução Russa de 1917 acabaram levando o movimento operário feminino a fixar-se no dia 8 de março como o dia histórico para estas celebrações. A data resgata a história das lutas travadas pelas trabalhadoras americanas e europeias do final do século XIX e início do século XX. Mas, a associação com as lutas socialistas para esta data fi-



Socialista/feminista alemã Clara Zetkin (1857-1933)



Arte: Rebeca Pinheiro

## 8 de Março no Brasil

*Este é um momento especial em que as mulheres de todo o mundo e de diversas classes sociais podem refletir sobre suas condições de vida e de trabalho. A importância de 2010 é que neste ano as comemorações de 8 de março completaram 100 anos.*

cou esquecida depois da Primeira Guerra Mundial – sobretudo depois da vitória socialista na Rússia e só nos anos 1960 esta data volta a ser incorporada ao calendário das lutas das mulheres no mundo. Na medida em que este movimento ganhou fôlego na década seguinte, o dia 8 de março – Dia Internacional da Mulher – entrou na agenda oficial das organizações internacionais.

As comemorações do DIA INTERNACIONAL DA MULHER no Brasil remontam às lutas das mulheres trabalhadoras, ligadas aos partidos de esquerda, partidárias do Partido Comunista do Brasil que, ao longo dos anos 1950, fazia comemorações neste dia. Com o fechamento do regime democrático em 1964 esta data foi esquecida e vai ressurgir nos anos 70 com as organizações de mulheres. O Centro da Mulher Brasileira do Rio de Janeiro, em 1977, faz uma comemoração deste dia de luta no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, e em São Paulo repete-se a mesma história, agora apoiado pela ONU que havia definido o dia 8 de março como o dia internacional da mulher. Durante estes anos, lentamente estas comemorações

foram se espalhando pelo território nacional, na medida que o movimento de mulheres crescia e se instalava nas cidades médias e grandes do país.

Atualmente é uma data festiva, comemorada por toda sociedade: flores, chocolates são distribuídos pelos homens para suas amadas ou funcionárias. Para as feministas é uma data de luta, de reivindicações, passeata de protestos pelas capitais de praticamente todas as unidades da federação. Simboliza a busca pela igualdade entre mulheres e homens. Este ano o DIA INTERNACIONAL DA MULHER fez 100 anos destes acontecimentos que marcaram a história feminina. Muito já se fez, as mulheres já tiveram muitas vitórias, mas a igualdade ainda está em construção. ■



# O PETRÓLEO TEM QUE SER NOSSO

[WWW.AEPET.ORG.BR](http://WWW.AEPET.ORG.BR)